



UNIVERSIDADE DE CABO VERDE

ESCOLA DE NEGÓCIOS E GOVERNAÇÃO

Mestrado em Integração Regional Africana (1ª Edição)

Acordo da Parceria Económica (APE) entre a União Europeia e a
CEDEAO: Análise do Fluxo Comercial entre os dois blocos à luz do
Comércio Internacional

Edeneia Marly Dias Gonçalves

Orientador | Professor Doutor António Baptista Medina

Praia, Fevereiro de 2020



UNIVERSIDADE DE CABO VERDE

ESCOLA DE NEGÓCIOS E GOVERNAÇÃO

Mestrado em Integração Regional Africa (1ªEdição)

**Acordo da Parceria Económica (APE) entre a União Europeia e a
CEDEAO: Análise do Fluxo Comercial entre os dois blocos à luz do
Comércio Internacional**

Edeneia Marly Dias Gonçalves

Dissertação apresentada na Escola de Negócios e Governação da Universidade de Cabo Verde, para obtenção do grau de Mestre em Integração Regional Africana, sob a orientação do Professor Doutor António Baptista Medina

Praia, Fevereiro de 2020



PARECER DO ORIENTADOR DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Para os efeitos do disposto pelo Regulamento de Dissertações dos Cursos de Mestrados em vigor na Escola de Negócio e Governação da Universidade de Cabo Verde, eu, **Prof. Doutor António Baptista Medina**, na qualidade de orientador da aluna **Edeneia Marly Dias Gonçalves** do curso de mestrado em Integração Regional Africana, considero que a versão final da dissertação com o título:

ACORDO DA PARCERIA ECONÓMICA (APE) ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E A CEDEAO: ANÁLISE DO FLUXO COMERCIAL ENTRE OS DOIS BLOCOS À LUZ DO COMÉRCIO INTERNACIONAL, cumpre os requisitos para ser submetida à discussão pública.

Praia, 28 de Fevereiro de 2020.

O Orientador

Aos meus sobrinhos.

Agradecimento

Em primeiro lugar, agradeço a Escola de Negócios e Governação da Universidade de Cabo Verde, particularmente, a Coordenação da 1ª Edição do Mestrado em Integração Regional Africana (MIRA) por me darem a oportunidade de desenvolver o meu projeto de pesquisa de mestrado, e agradeço todo o apoio recebido da coordenação de pós-graduação da Uni-CV que sempre nos auxiliaram ao longo do mestrado.

De forma muito particular agradeço ao meu orientador, o Professor Doutor António Baptista Medina, não só pelas orientações no âmbito desta pesquisa, mas também pela motivação ao longo deste mestrado.

Aos meus irmãos, Anilsa Gonçalves, Mário Gonçalves e Giselle Monteiro, um Big/Mega obrigada, pelas conversas, partilhas e sugestão ao longo desta pesquisa.

Um agradecimento especial a todos os meus familiares e amigos que sempre me endereçaram palavras de estima para prosseguir neste percurso, o meu profundo e sentido agradecimento

Os meus agradecimentos vão também para os funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades e Ministério do Comércio, pela motivação, partilha e aconselhamento ao longo desta pesquisa.

Resumo

Com esta pesquisa pretende analisar à luz do Comercio Internacional o Fluxo Comercial entre a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental - CEDEAO e a União Europeia, afim de averiguar quais são os benefícios para CEDEAO com a implementação do Acordo da Parceria Económica- APE).

Para alcançar o objetivo, realizamos uma análise dos principais indicadores do comércio Internacional nos períodos em análise (2008 a 2018). Os indicadores utilizados foram, o rácio de Grau de Abertura, Intensidade exportadora – Contribuição das exportações para o PIB, Penetração das importações – indica o grau de satisfação da procura interna através da importação, Estrutura geográfica do Comercio-verificar a participação de cada país membro da CEDEAO na exportação/ importação total da União Europeia e o Índice de Gini-Hirschman - é possível analisar a concentração das exportações de CEDEAO para União Europeia, em relação ao produto e ao destino.

A pesquisa centrou sem e 3 capítulos, utilizando a metodologia bibliográfica e documental, usando das fontes de dados como livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos científicos e sites de organizações públicas cabo-verdianas e internacionais em busca de informações mais credíveis, que possibilitaram maior credibilidade para esta pesquisa.

A análise é feita com base nas pesquisas bibliográficas, com recurso aos vários artigos científicos publicados, livros, dissertações, jornais entre outros documentos de pesquisas. É utilizado o método qualitativo para explicar os dados recolhidos.

Assim, os resultados encontrados mostram que há muita variação econômica dentro do bloco, ou seja, existem muitas divergências em termos de potencialidade econômica entre os países membros, mostrando que em determinados momentos determinados indicadores de alguns países apresentam valores elevados de crescimento em detrimento de outros. Por fim, conclui-se que os indicadores econômicos do bloco mostraram o real comportamento da economia desses países membros e podem auxiliar nas tomadas de decisões para as políticas econômicas.

Palavras-chave: Indicadores de Comércio Internacional, Acordo de Parceria económico, fluxos comercial, CEDEAO e União Europeia.

Conteúdo

INTRODUÇÃO.....	14
Justificação do tema.....	14
Hipótese.....	15
Objetivo Geral.....	15
Objetivos Específicos:.....	16
Metodologia de Pesquisa.....	16
Estrutura do trabalho.....	17
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INTEGRAÇÃO ECONÓMICA REGIONAL.....	18
1.1. INTEGRAÇÃO ECONÓMICA REGIONAL.....	18
1.1.1. <i>Integração económica e benefícios das trocas comerciais</i>.....	25
1.2. O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ECONÓMICA REGIONAL NA UNIÃO EUROPEIA.....	28
1.3. PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ECONÓMICA REGIONAL NA ÁFRICA: BLOCO REGIONAL - CEDEAO.....	32
1.3.1. CEDEAO – Criação e Processo de Efectivação.....	38
2. ACORDO DA PARCERIA ECONÓMICA – APE ENTRE UNIÃO EUROPEIA E OS PAÍSES da APC40	
2.1. objetivo e natureza.....	40
2.2. APE entre União Europeia e Africa Ocidental- CEDEAO.....	43
3. Fluxo Comercial entre UNIÃO EUROPEIA E CEDEAO à luz do Comercio Internacional – Análise Empírico.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
Referência Bibliográfica:.....	66
CEDEAO História.....	71

Índice de Tabela

Tabela 1: Etapas da Integração Económica	22
Tabela 2: Etapas da Integração Regional da Balassa.....	24
Tabela 3: Alguns Indicadores Económicos dos Países da União Europeia (2018).....	30
Tabela 4: Alguns Indicadores Económicos dos Países da CEDEAO (2018).....	36
Tabela 5: Comércio Total e percentagem anual do mundo, a nível da Exportação na CEDEAO (milhoes de dólar)	55
Tabela 6: Comércio anual e percentagem mundial, a nível da importação na CEDEAO de 2008 a 2018 (milhões de dólar)	56
Tabela 7: Taxa de crescimento totla do comércio, anual, de Exportação na CEDEAO , de 2008 a 2018 (em milhoes de dólar).....	57

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da União Europeia.....	29
Figura 2: Mapa de CEDEAO.....	35

ÍNDICE DE GRÁFICO

Gráfico 1: Taxa de Crescimento Total de Comércio, anual, de Importação na CEDEAO (2018) 58

LISTA DE ABREVEITURA:

APE – Acordo de Parceria Económica

AO – Africa Ocidental

CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

COMESA - Mercado Comum da África Oriental e Austral

ECA - Comissão Económica da ONU para a África

EU União Europeia

FMI - Fundo Monetário Internacional

INE – Instituto Nacional de Estatística

OMC Organização Mundial do Comércio

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OUA - Organização da Unidade Africana

SADC - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

UA - União Africana

UNCTAD Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento

INTRODUÇÃO

Justificação do tema

A medida que o mundo evolui para um único mercado global interconectado, a prosperidade já não depende apenas da produtividade de um país, mas também da escolha estratégica dos seus parceiros comerciais, dos produtos de exportação e das políticas nesta área. O crescimento económico em África, nos últimos anos, foi apoiado por avanços no comércio, nas políticas, no ambiente regulador e na integração regional, (OECD:2017).

Sendo o comércio uma atividade importante que esta na base de desenvolvimento de todos os países, justifica a escolha do tema: ***“O Acordo da Parceria Económica (APE) entre a União Europeia e a CEDEAO: uma análise do Fluxo Comercial entre os dois blocos à luz do Comércio Internacional.***

O presente estudo visa analisar, com base nos indicadores de comércio internacional, os fluxos comerciais entre a CEDEAO e a União Europeia, a fim de averiguarmos os benefícios para CEDEAO, com a implementação do APE entre a União Europeia e a África ocidental. Acordo este que está a decorrer desde 2004.

O APE tem como objetivo a liberalização progressiva e assimétrica das trocas comerciais entre as duas regiões, com vista a promover a integração harmoniosa e progressiva dos países da AO na economia mundial, tendo em conta as suas opções políticas e prioridades de desenvolvimento, incentivando o seu desenvolvimento sustentável e contribuindo para a erradicação da pobreza (CEDEAO, 2017).

Porém, este objetivo nos inquieta muito ao olhar pelo fraco desempenho do processo de integração na nossa sub-região, com os níveis elevados de pobreza, um contexto de soberania frágil e uma perigosa vulnerabilidade face à riscos naturais, explicada pela existência de disparidades nas economias nacionais, crises e golpes de Estados frequentes, mas certamente,

também com a pouca vontade política dos governos desses países (Pina (2010) e Vogl, A., Yeboah, M. D 2014).

Quando comparado com o processo da integração regional na União Europeia, integração essa que segundo (Oppong e Sohn , p. 5. 2013) é vista como uma fonte de inspiração e modelo potencial para a integração regional em todo o mundo, por ser um bloco regional económica e financeiramente unida, com uma estrutura comercial bem definida.

Das pesquisas feitas, não encontramos estudos académicos sobre essa temática que pretendemos realizar, assim é pertinente a realização do presente trabalho de investigação.

Existe diferente nível de integração e da estrutura comercial entre a União Europeia e a CEDEAO, pelo que definimos a seguinte pergunta de partida:

- Quais os benefícios do APE entre a União Europeia e África Ocidental para Integração Económica Regional na CEDEAO?

Hipótese

Para damos resposta à problemática, definimos as seguintes hipóteses:

- A implementação do APE trará benefícios comerciais positivos para integração económica da CEDEAO;

Objetivo Geral

Como objetivo geral propomos analisar o fluxo comercial entre União Europeia e CEDEAO à luz do comércio internacional, afim de averiguar que benefícios para CEDEAO com a implementação do Acordo da Parceria Económica.

Objetivos Específicos:

- ✓ Verificar os benefícios do APE no processo da integração económica na CEDEAO;
- ✓ Confrontar a implementação da TEC na CEDEAO, com a celebração do APE entre os dois blocos regionais, EU e a CEDEAO;
- ✓ Analisar o fluxo comercial entre a CEDEAO e a UE - Evolução e Estrutura;

Metodologia de Pesquisa

Para sustentarmos a parte teórica da nossa pesquisa pretendemos utilizar a metodologia bibliográfica e documental, usando as fontes de dados como livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos científicos e sites de organizações públicas cabo-verdianas e internacionais em busca de informações credíveis, relacionados com tema em questão.

Ainda para complementarmos esta parte recorreremos à recolha de dados e documentos sobre negociação do APE, os estudos realizados sobre o impacto do APE, nas principais instituições oficiais Cabo-verdianas que lidam com o processo da integração regional e com o processo da negociação do APE, instituições essas como: o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, Ministério da Indústria, Comércio e Energia, Ministério das Finanças e Gabinete do Ministro Adjunto do Primeiro Ministro para a Integração Regional.

Para realização desta pesquisa recorreremos à conciliação do método de pesquisa qualitativo e método de pesquisa quantitativo.

Segundo Martins (2004), a pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise.

Portanto, usaremos entrevista no nosso estudo, no sentido de complementar a nossa pesquisa que tem como objetivo analisar o fluxo comercial entre União Europeia e CEDEAO à luz do comércio internacional, afim de averiguar que benefícios para CEDEAO com a implementação do Acordo da Parceria Económica.

E numa segunda fase do nosso trabalho, faremos uma análise do fluxo comercial entre a União Europeia e a CEDEAO, com o objectivo de verificar a Evolução e Estrutura do comércio na CEDEAO, e se existe desvio ou criação de comércio na CEDEAO. Para tal, o período de análise decorrerá de 2008 a 2018 e usaremos os softwares que melhor servirão para essa análise (EXCEL e outros)

E para esta pesquisa, tomamos como quadro conceptual a teoria do Comércio Internacional.

Estrutura do trabalho

Para melhor organização da nossa pesquisa, ela será estruturada em três (3) capítulos, para além da introdução e da conclusão.

No primeiro Capítulo é feito a contextualização histórica da integração económica regional, a nível global e a nível dos blocos em estudo (UE e a CEDEAO). No segundo capítulo abordamos o processo da negociação dos APE na África no geral e na CEDEAO em Particular. No terceiro capítulo apresentamos e analisamos os resultados da pesquisa, com base na aplicação de testes estatísticos de verificação de significância, e interpretamos e discutimos os resultados alcançados de forma crítica, com ilustrações de gráficos e tabelas.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INTEGRAÇÃO ECONÓMICA REGIONAL

A integração económica pode ser definida como o processo de eliminação de fronteiras e barreiras de natureza económica entre dois ou mais países. (Machado 2000:1)

1.1. INTEGRAÇÃO ECONÓMICA REGIONAL

O termo Integração Económica apareceu nos pós segunda grande guerra mundial, ainda que com um significado diferente daquele que hoje se lhe reconhece (Coelho,2003, p. 12). Contudo, foi a partir de 1950, com o trabalho pioneiro de J. Viner, que a “integração económica” passou a ser entendida como “(...) o processo voluntário de crescente interdependência de economias separadas e a sua fusão em regiões mais largas que as correspondentes às fronteiras nacionais dos países cujas economias se integram” Silva:1991:9)¹.

Ainda na ótica de Silva (2013), o processo de integração económica entre territórios ou países foi descrito teoricamente nos anos 1960 pelo economista húngaro Béla Balassa e na mesma década, depois da descrição teórica de Balassa, começou a falar-se de integração em África.

Pina (2010: 13-14) defende que o primeiro pensamento que nos salta quando nos fala de “integração” é a simples noção de união de diversas partes em um todo.

E assim, a autora pegou na ideia do More (1998), para mostrar que o processo de integração económica, pode ser comparado a um “mosaico”, que à distância faz desaparecer as imperfeições das justaposições das partes que o compõe, e menos, a um “quebra-cabeças”, onde a necessidade de perfeição dos encaixes é imprescindível para o resultado do jogo. E que se integrando peças, interesses, regulamentos, tem-se o desenho mosaico que tão bem caracteriza os processos de integração económica internacional.

Medeiros (2008) *apud* Pina (2010: 15) afirma que o conceito da integração económica varia de acordo com o enfoque acentuado pelos diversos autores.

¹ Silva, A. Neto e Rego, Luís (1991), Teoria e Prática da Integração Económica, Porto: Porto Editora (Silva:1991:9) na tese de coelho (2003)

Já “Bela Balassa (1960) define a integração como processo e como situação. Como processo será o conjunto de medidas tendentes a abolir a discriminação e barreiras existentes entre os países envolvidos. Como situação, a integração corresponde a ausência de formas diversificadas de discriminação entre as economias nacionais dos países membros.

Haberler (XXX), por sua vez, defende a integração como relações estreitas entre certas áreas. O autor aplica um conceito muito amplo baseado no modelo clássico de concorrência perfeita. E na mesma lógica, Mirdal (s/d) enuncia a integração como um processo socioeconómico capaz de destruir as barreiras sociais e económicas existentes entre os participantes na actividade económica, não estabelecendo qualquer distinção entre integração nacional e internacional. (Pina 2010)

Já numa análise sobre a eficácia desse processo, Peter Robson (s/d) diz que o conceito geral de integração económica está essencialmente ligado a eficiência do uso de recursos, com particular referência ao processo espacial, incluindo conteúdo como a liberdade de circulação de bens, de factores de produção e ausência de discriminação. (Pina, op. cit).

Desde as primeiras civilizações o comércio tem servido para aproximar os povos de diferentes impérios e continentes. (MAIA, Jayme de Matriz. **Economia internacional e comércio exterior**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1998, p. 34, citado na (Joel Aló Fernandes(2007).

Apesar de não existir consenso quanto ao conceito de integração económica entre os teóricos, Fritz Machup relaciona três pontos principais de integração económica regional: a divisão do trabalho, a mobilidade de fatores e de bens, ou de ambos, e a discriminação ou a não-discriminação no tratamento de bens e fatores⁴¹. (p.27 Joel Aló Fernandes: 2007)

Oscar Valente Cardoso, avançando sobre esta questão, observa que a integração económica em sentido amplo apresenta as seguintes características: “a liberalização comercial, por meio da redução ou supressão de barreiras, a liberação do deslocamento dos fatores produtivos, a harmonização ou a unificação das políticas económicas dos países integrados. (.27 joel Aló Fernandes: 2007).

Para (Fernandes 2007: p.28) em suma, a integração constitui um processo mediante o qual os diferentes Estados, movidos por interesses comuns, formam um bloco para efetivar em conjunto

diferentes tarefas e promover a cooperação econômica e social com vistas à realização do bem-estar dos países integrantes.

o primeiro objetivo da integração econômica consiste em criar uma área de livre circulação de bens e fatores de produção, derrubando as barreiras tarifárias, tendo como finalidade proporcionar uma melhoria da qualidade de vida e riqueza para os Estados integrantes e suas populações⁶². Em suma, o Estado procura na integração o desenvolvimento econômico, apesar de a integração, conforme salienta Eduardo C. Schaposnik, não ser um fim em si mesmo, mas um meio ou um instrumento para alcançar o desenvolvimento. (SCHAPOSNIK, Eduardo Carlos. **As teorias da integração e o Mercosul: estratégias**. Tradução de Delvia Valladão Ferreira de Carvalho e Ronaldo Assunção. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997. p. 161. – Citado em Joel Aló Fernandes (2007. p 32).

Bela Balassa, um dos principais estudiosos da integração econômica regional, distingue os objetivos de integração para os países desenvolvidos dos objetivos de integração para países em via de desenvolvimento. Para os primeiros, o autor cita três motivos que levam à formação de blocos econômicos: 1) a integração objetiva, em parte, suprimir a constante intervenção do Estado na atividade econômica; 2) a integração consiste na criação das uniões aduaneiras com vistas a diminuir as flutuações cíclicas transmitidas por meio do comércio internacional; 3) e, por último, a integração leva ao renascimento e ao fortalecimento da economia europeia, tendo em vista os fatores dinâmicos resultantes do fenômeno da integração econômica.(Joel Aló Fernandes (2007 pp 32-33).

Para países subdesenvolvidos, a integração apresenta duas razões: a primeira encontra-se no crescimento econômico que propicia, e a segunda localiza-se, em parte, no desejo de imitar o exemplo europeu e nos esforços deliberados para compensar os possíveis efeitos de desvio de trocas comerciais resultantes do Mercado Comum Europeu (BALASSA, Bela, citado em Joel Aló Fernandes (2007) p.33).

Peter Robson entende que os motivos pelos quais os países subdesenvolvidos se agrupam em blocos econômicos “se fundamentam nas vantagens obtidas através das alterações na estrutura do comércio existente, o qual necessariamente se baseia na estrutura produtiva existente”⁶⁶. Este autor salienta que “as razões para a integração entre os países em vias de desenvolvimento assentam fundamentalmente nos efeitos que a criação de mercados regionais tem sobre os problemas fundamentais desses países; nestes problemas inclui-se a necessidade de aumentar as oportunidades de investimento lucrativo tanto interno como estrangeiro e a necessidade de mobilizar recursos disponíveis”⁶⁷. Peter Robson conclui esclarecendo que a integração “pode aumentar o poder de negociação do grupo nas suas relações econômicas externas” (citado em Joel Aló Fernandes (2007 p.33)).

De acordo com Oscar Valente Cardoso, “o processo de integração econômica regional parte do pressuposto de que a abertura das fronteiras entre os países integrados não pode ser feita de forma desorganizada, sem planeamento ou objetivos previamente delimitados, sob o risco de fracassar. Considerando-se ainda que a abertura comercial traz, ao mesmo tempo, perdas e ganhos, é necessário evitar ou reduzir eventuais prejuízos que possam ser causados aos setores públicos e privado dos Estados envolvidos. Em consequência, são adotadas medidas políticas e econômicas durante o processo de integração econômica regional, com o intuito de serem alcançados com êxito os objetivos pretendidos” (citado em Joel Aló Fernandes (2007 p.34)).

Bela Balassa apresenta uma classificação de integração por fases, em que cada uma compreende a anterior, em escala de intensidade progressiva. De acordo com este autor, a integração poderá evoluir nas seguintes etapas: zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e integração econômica total. (citado em **Joel Aló Fernandes (2007 p. 34)**)

Segundo Machado (2000:2) a integração económica pode ser definida como o processo de eliminação de fronteiras e barreiras de natureza económica entre dois ou mais países. Ainda para o autor a integração económica pode apresentar pelo menos sete formas ou etapas distintas, dispostas com base em ordenamento que pressupõe graus crescentes de integração económica e política. Para melhor compreensão destas etapas ilustramos a mesma na tabela infra:

Tabela 1: Etapas da Integração Económica

Etapas	Descrição
Zona preferencial de comércio	Caracteriza-se pela eliminação parcial das barreiras alfandegárias em geral, sob a forma de concessões mútuas (ou não) de redução de alíquotas, com ou sem fixação de cotas de importação, abarcando parte do universo tarifário sem que se tenha necessariamente de reduzir ou eliminar outras restrições ao comércio.
Zona de livre comércio	Caracteriza-se pela eliminação de tarifas aduaneiras e outras restrições ao comércio entre os países participantes do acordo. Todavia, cada país preserva sua autonomia na gestão da política comercial em relação a terceiros países, mantendo tarifas aduaneiras diferenciadas
União aduaneira	Caracteriza-se pela ausência de barreiras ao comércio entre os países participantes do acordo, combinada com a criação de uma tarifa externa comum (TEC).
Mercado comum	Caracteriza-se pela supressão de barreiras ao intercâmbio de mercadorias e fatores de produção. Seu funcionamento pressupõe a harmonização dos instrumentos da política

	comercial, fiscal, financeira, trabalhista e de previdência social ou, pelo menos, a convergência de resultados em termos da gestão das políticas que possam afetar direta e indiretamente o fluxo intra-regional de fatores de produção.
União económica	Caracteriza-se pelo estabelecimento de uma autoridade supranacional que zela pela aplicação das políticas comuns, define critérios e identifica novas políticas objeto de harmonização e procura garantir convergência de resultados para o caso das políticas geridas em âmbito nacional.
Integração económica total	Caracteriza-se pela criação de uma moeda única e de um banco central regional independente, configurando a formação de uma união monetária. Este estágio pressupõe a perda total de autonomia dos estados nacionais na gestão da política monetária;
União política	caracteriza-se pela instituição de uma federação de Estados com autoridade política unificada ou formação de uma confederação de Estados na qual apenas as áreas acordadas passam a ser objeto de controle de instituições supranacionais

Quadro elaborado pela autora, com base nas informações do Machado (2000)

Balassa (XXXX), entende que a integração deve ser realizada por etapas onde cada uma supera a anterior em algum aspecto que intensifica a interligação econômica e política entre os Estados membros. De acordo com o autor, são cinco fases de evolução da integração, a saber:

Tabela 2: Etapas da Integração Regional da Balassa

Etapas	Descrição
Zona de livre comércio	<p>Explica-se que seria a forma mais simples de integração econômica, apresentando apenas a supressão de restrições ao comércio entre os Estados participantes, a eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias de forma a facilitar a circulação de bens e unificar as normas de controle de qualidade e padronização dos produtos.</p> <p>Mantém-se a autonomia dos Estados membros para definir suas políticas tarifárias em relação a terceiros Estados.</p>
União aduaneira	<p>Além da eliminação de barreiras tarifárias, os países membros de uma União Aduaneira adotam uma tarifa externa comum em relação a terceiros países, o que acaba gerando uma harmonização de determinadas políticas econômicas dentro do bloco</p>
Mercado comum	<p>Esta seria a etapa mais avançada de um processo de integração, onde, além da livre circulação de mercadorias e da existência de uma tarifa externa comum, introduz-se a livre circulação também dos fatores de produção, definidos por trabalho, capitais, iniciativas empresariais, prestação de serviços, entre outros. Também estabelece um sistema administrativo de caráter permanente, necessário para coordenar a dinâmica mais complexa do Mercado Comum, conduzindo a uma harmonização das condições de desenvolvimento dos Estados membros.</p>
União econômica	<p>A União Econômica compreende todas as características do Mercado comum e, além disso, prevê a harmonização das legislações nacionais que tenham relação direta ou indireta com o sistema econômico. Demanda, portanto, que as políticas econômicas, financeiras e monetárias dos Estados membros sejam coordenadas por uma autoridade</p>

	comum. A integração das políticas econômicas nacionais dos países membros seria uma forma de eliminar as assimetrias intra-bloco, transformando, por fim, vários mercados independentes em um só
Integração econômica total	A Integração Econômica Total é a última etapa, onde o processo de integração se apresenta em sua forma mais intensa. De acordo com Balassa, “pressupõe a unificação das políticas monetárias, fiscais, sociais e anticíclicas, e exige o estabelecimento de uma autoridade supranacional”. Desta forma, a Integração Total pretende atingir não apenas o progresso econômico equilibrado, mas também a desenvolvimento social conjunto dos países membros, de forma a eliminar todos os tipos de barreiras e promover a livre movimentação de bens, serviços e povos

Quadro elaborado pela autora com dados do autor Balasse (1960)

1.1.1. *Integração econômica e benefícios das trocas comerciais*

Esta pesquisa centra-se, especialmente, na análise do fluxo comercial entre União Europeia e a CEDEAO à luz dos indicadores do Comércio internacional, e tendo em mente os acordos de Parceria Comercial entre a União Europeia e África Ocidental. E para melhor compreendermos esse fluxo/troca comercial é preciso compreender a teoria que justifica a criação de blocos econômicos.

Assim, neste subcapítulo abordamos a integração econômica e o benéfico do comércio no desenvolvimento dos blocos regionais, principalmente na nossa sub-região, CEDEAO.

Os defensores do comércio livre desde Adam Smith e David Ricardo, vêem o comércio internacional como mutuamente benéfico para todos os países: o comércio seria um jogo de soma positiva em que todos ganhavam. A repartição dos ganhos é que podia ser desigual (Silva, 2013). Aliás, para esses pensadores, o comércio é visto como um fator decisivo no processo de crescimento econômico e um factor que dá a um país voz global em assunto político (Rommel, 2011).

Segundo Ikenson (2018): *apud* Lopes (2019:35)

“O propósito do comércio é permitir que nos especializemos, o propósito da especialização é nos permitir produzir mais, o propósito de produzir mais é nos permitir consumir mais. Mais e melhor consumo é o propósito do comércio. Logo, os benefícios do comércio decorrem das importações, que produzem mais competição, maior variedade, preços mais baixos, melhor qualidade e inovação. Os reais benefícios do comércio são mensurados pelo valor das importações que podem ser adquiridas com uma unidade de exportação – o chamado “termos de troca”.

A teoria liberal se desenvolveu de uma forma significativa na política económica mundial nas últimas décadas, modo que, atualmente, não se fala só do liberalismo no comércio, mas fala-se também no processo da integração económica de países próximos geograficamente, no sentido de fazerem face à globalização ou mundialização económica e social (Silva, 2013).

O termo "globalização" tem estado em uso crescente desde meados da década de 1980 e especialmente a partir de meados da década de 1990. Ainda na mesma época, Fundo Monetário Internacional (FMI) identificou quatro aspectos básicos da globalização: comércio e transações financeiras, movimentos de capital e de investimento, migração e movimento de pessoas e a disseminação de conhecimento. ((BRIDGES, G, 2002) *apud* Lopes (2019).

A globalização ou mundialização virou um fenómeno de atualidade nos debates económicos e sociais das organizações mundiais, e passando a estar presente nas agendas políticas dos Governos e dos corpos diplomáticos (Silva, 2013).

O termo globalização, embora comporte diversas conceituações no âmbito da política económica, caracteriza-se pelo crescimento da actividade económica para além das fronteiras políticas, regionais e nacionais, em proporções mundiais possibilitando aos diversos actores, em movimentos migratórios, buscar nas trocas e nos investimentos o lucro pela livre concorrência. (Piter Robson) *apud* Pina (2010:21)

Grosso modo, a integração económica e comercial entre países na sub-região permanece ainda muito débil. O fraco padrão comercial entre os países é facilitado pelas atuais políticas comerciais liberais de muitos países, que favorecem a importação maciça de bens (incluindo os produzidos na sub-região) e por uma frágil estrutura institucional e jurídica para garantir a aplicação do tratado da CEDEAO (Owusu, 2013). O Regionalismo pode ser considerado como uma tentativa de se promover a liberdade de comércio num espaço geográfico mais limitado. (Galvão 1997) apud Silva (2011).

Hoje em dia, os blocos de integração regional ficam a meio caminho entre o comércio livre e o protecionismo: os blocos regionais abrem as suas fronteiras aos países membros e protegem-se dos países não-membros. Com o tempo espera-se que esta proteção face ao exterior diminua e que os blocos regionais se vão enfraquecendo no sentido de aderirem ao comércio livre, ou pelo menos, reduzindo as barreiras face ao exterior. (Silva 2013)

A criação desses agrupamentos de países não só pode ser vista como uma evidência da importância de um comércio mais livre e com um reconhecimento das vantagens da cooperação internacional e da harmonização da política nacional, mas também tem servido para que esses grupos de países pratiquem política discriminatória contra países não-membros do agrupamento regional e para extraírem vantagens económicas, políticas e sociais, à custa do exterior (Galvão, 1997). *Apud* Silva (2013).

As mudanças na economia mundial, no comércio, na produção e nas finanças, tiveram um grande impacto sobre as políticas e as teorias económicas. Devido a essa nova situação há autores que defendem que as antigas teorias do comércio internacional, baseadas nas vantagens comparativas, já não respondem às realidades das trocas internacionais, ou seja, perderam a validade (Cardoso1996). *Apud* Silva (2013).

1.2.O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ECONÓMICA REGIONAL NA UNIÃO EUROPEIA

A ideia de criar a União Europeia surgiu após as duas grandes guerras na Europa. Os países europeus perceberam que é melhor trabalharem em conjunto do que lutarem entre si. (EU.2019)

Pessoas a trabalhar em grupo. No início, eram apenas 6 países: Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos. Passado pouco tempo, outros países da Europa decidiram juntar-se a eles e assim nasceu a União Europeia.

O primeiro bloco económico importante apareceu na Europa, com a criação em 1957, da Comunidade Económica Europeia (embrião da atual União Europeia). Atualmente os mais importantes blocos de integração económica são: o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), a União Europeia (UE), o Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), a Cooperação Económica da Ásia e do Pacífico (APEC) e, em menor grau, o Pacto Andino, a Comunidade do Caribe e Mercado Comum (CARICOM), a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) e a Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento (SADC). (silva 2013)

A União Europeia é o maior exemplo de integração de estados existente e é uma união económica composta por 27 países. Atualmente a coesão do bloco vem sendo ameaçada pela crise económica dos países membros, onde as políticas macroeconómicas em comum de austeridade fiscal e de cortes nos gastos públicos oferecidas como remédio à crise ameaçam os países a entrar em uma recessão ainda maior, o que ameaça a coesão do bloco, com a possível saída de alguns membros. Os casos mais críticos são os da Grécia e Portugal, seguidos por Espanha e Itália. De acordo com Marcelo Curado, “enquanto não existir uma solução definitiva, que considere as diferenças do euro para os países, os impactos da moeda sobre cada país, a situação não vai melhorar. Para os portugueses [por exemplo], o euro é muito caro”.

Em junho de 2016, o Reino Unido decidiu sair da União Europeia. Essa saída foi efetivada a 31 de janeiro de 2020. Passando assim, a União Europeia a ser composto por 27 países.

O processo da integração regional na União Europeia é visto como uma fonte de inspiração e modelo potencial para a integração regional em todo o mundo e, em particular, na região da África Ocidental (Oppong e Sohn , p. 5. 2013), as duas regiões (UE e AO) confrontam com

problemas diferentes, mormente, no que diz respeito ao seu respectivo nível de integração. A União Europeia é econômica e financeiramente unida e é uma região com uma estrutura comercial bem definida, enquanto, a CEDEAO ainda luta com baixos níveis de comércio intra-regional, dependências externas, e procura ainda estabelecer uma região ampla de moeda comum (Bilal: 2014).

Figura 1: Mapa da União Europeia



Fonte (EU 2019)

Tabela 3: Alguns Indicadores Económicos dos Países da União Europeia (2018)

Países	População (2018) milhões	Taxa do crescimento do PIB em (%)	PIB actual em milhões de dólar	PIB per capita em milhões de (Dólar USA)	Taxa de Índice de Preço do Consumidor IPC(%)
Alemanha 	83.124	1.40 %	3 994 713	48 057	1.73 %
Áustria 	8.891	2.74 %	457 345	51 437	2.00 %
Bélgica 	11.482	1.40 %	532 491	46 375	2.05 %
Bulgária 	7.052	3.10 %	64 837	9 195	2.81 %
Chéquia					
Croácia 	4.156	2.60 %	60 625	14 586	2.60 %
Chipre 	0.870	3.89 %	24 376	28 017	3.89 %
Dinamarca 	5.752	1.40 %	351 510	61 110	0.81 %
Eslováquia 	5.453	4.10 %	106 463	19 524	2.51 %
Eslovênia 	2.078	4.50	54 197	26 083	1.74 %
Espanha 	46.693	2.56 %	1 424 996	30 518	1.68 %
Estónia 	1.323	3.90 %	29 509	22 306	3.44 %
Finlândia 	5.523	2.30 %	274 665	49 735	1.08 %
França 	67.230	1.60 %	2 781 725	41 376	1.85 %

Grécia 	10.522	1.90 %	218 487	20 764	0.63 %
Hungria 	9.708	4.90 %	155 642	16 033	2.85
Irlanda 	4.819	6.70 %	372 521	77 307	0.49 %
Itália 	60.627	0.90 %	2 071 616	34 170	1.14 %
Lituânia 	2.801	3.35 %	53 226	19 000	2.70 %
Letônia 	1.928	4.80	34 859	18 076	2.53 %
Luxemburgo 	0.604	2.60 %	68 469	113 314	1.53 %
Malta 	0.439	6.60 %	14 320	32 601	1.16 %
Países Baixos 	17.060	2.70	913 533	53 550	1.70 %
Polónia 	37.922	5.10 %	585 981	15 452	1.81 %
Portugal 	10.256	2.10 %	211 968	20 667	0.99 %
Reino Unido 	67.396	1.35 %	2 816 775	41 794	2.29 %
Roménia 	19.506	4.15 %	240 350	12 322	4.63 %
Suécia 	8.564	2.50 %	709 947	82 904	0.94 %

Fonte: Elaborado pela Mestranda com dados de UNCTAD (2018)

Faz algum comentário sobre os valores apresentados na tabela.

1.3. PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ECONÓMICA REGIONAL NA ÁFRICA: BLOCO REGIONAL - CEDEAO

Entre os anos 50 e 70 do século passado o mundo testemunhou a independência e o nascimento de novos Estados, [...] *each enjoying a de jure equality on the international stage. It was a heroic age of national independence movements and decolonization* (Duffield, 2005: 143). Para o continente africano essa foi uma década dourada. Grande maioria do seu território ganhou a independência. Face as debilidades institucionais e a soberania instável herdada do processo colonial (Té, 2014), a promoção de desenvolvimento e a inserção num sistema mundial competitivo se afiguraram como principais desafios para esses recém-independentes países africanos.

A ideia primordial da integração africana, segundo Diallo (2015), deve-se ao movimento nacionalista em geral e especificamente do pan-africanismo, que, através da sua mobilização, primeiro no plano externo e depois no âmbito interno, serviu de base para reivindicar a independência política entre o início da década de 1960 e meados da década de 1970. Citando (Nkrumah (1963); e Wade (2005), Diallo (op cit) considera que o Pan-africanismo pode ser definido como sendo a expressão das aspirações dos descendentes dos povos africanos, ou seja, é um movimento criado pelos africanos na diáspora e transportado mais tarde pela elite africana da independência, tais como Kwamé Lumumba, do congo, Jomo Kenyeta, do Quênia e Julius Nyerere, da Tanzânia. Assim, o Pan-Africanismo pode ser definida, de uma maneira simplificada como sendo uma aspiração dos negros da África e da diáspora que identificam culturalmente pela pertença à civilização negra e africana, que busca sua força na resistência plurissecular dos negros à escravidão e à colonização (Daillo, op cit).

Enquanto que a África tem um longo histórico de iniciativas de integração regional, os resultados tem sido, de um modo geral, desapontadores. Na sua apresentação, Nureldin Hussain e Naceur Bourenane mostram que, na última década, na medida em que um número crescente de países iniciou timidamente um processo de abertura de suas economias e remoção das barreiras mais notórias ao investimento e formação de negócios, os acordos regionais estão sendo revividos. No espírito do Acordo de Abuja, a integração regional é vista como uma estratégia de fazer face à globalização, enquanto que instrumentos de políticas específicas têm que ser usados para aumentar a capacidade doméstica e o interesse nacional. Enquanto a participação do setor

privado é vista como essencial nesta nova fase, existe também a percepção de que o setor público deve envolver na criação de um ambiente auspicioso para que as iniciativas regionais florescerem e tornarem-se sustentáveis (OCDE: 2002)

O congresso pan-Africano realizado em Manchester, 1945, com participação majoritária dos líderes africanos (Kwamen N'krumah, Kenneth Kwanda, Jomo Kenyatta, Petter Abrahams, Hailé Sellaisié, Julius Nyerere, Namdi Azikiwe), cujo foco eram descolonização e a luta contra imperialismo, também se acordou a criação de uma organização supranacional que zelasse pelos interesses africanos (Fernandes, 2011). Essas metas Pan-africanistas em seguida se concretizaram. Por um lado, os países africanos começaram a conseguir suas independências nacionais, Gana em 1957 (o primeiro Estado Subsaariano) e Guiné Conacri em 1958, e logo, em 1960, grande parte dos outros países. Ademais, no dia, 25 de Maio de 1963, em Adis Abeba, foi criada a Organização da Unidade Africana (OUA).

Segundo Badi (2002), muitos estudos relacionam a situação enfrentada pelos países africanos à ausência da democracia, falta de instituições sólidas e políticas em diversos setores, ausência de infraestruturas e problemas étnicos etc. Estas afirmações não estão longe de serem verdadeiras, devido a um conjunto de fatores adversos encontrados na região. Entretanto, a maior parte da literatura passa por alto alguns fatores que talvez fossem mais importantes e relevantes que todos os outros normalmente atribuídos ao não desenvolvimento da África. Entre eles, se destacam a dominação que durante séculos foi submetido o continente, o processo de colonização que veio posteriormente e o trato desigual dos países africanos no comércio internacional (KI-ZERBO, 1972). *in Fernandes, Boukouna, Júnior –pp:20-21*

Os antecedentes do regionalismo na África surgiram com a proposta de movimento pan-africanismo de unificação do continente no final do século XIX e início do século XX, mas que ganhou força depois do 5º congresso do pan-africanismo realizado em Manchester em 1945, na qual os líderes africanos presentes reivindicaram a independência nacional dos seus territórios sob o jugo colonial (Ki-zerbo, 1972). A partir dessa data, o movimento pan-africanista passou a ser uma resposta ao processo de dominação colonial e a integração regional africana surgiu como instrumento essencial à estratégia de descolonização da África na década de 1950.

Egoscozabal (2004), afirma que o processo de integração regional africana surgiu de duas formas: (i) em alguns casos, como modo de manutenção da relação colonial entre Estados vizinhos que pertencessem a mesma potência colonial e (ii) em outros, a relação entre os Estados vizinhos apresentava-se como alternativa para superar os obstáculos herdados da colonização.

A particularidade africana motivada por longos anos de saqueios e exploração colonial, pela diversidade étnica e cultural, assim como pela extrema pobreza e sua falta de infraestrutura, fez com que o processo de integração verificada nessa zona siguissem outras diretrizes e características próprias das suas realidades. Dito de outra forma, as integrações africanas não deveriam ser comparadas com a integração europeia cujos componentes são países desenvolvidos e de economia avançada (BADI, 2002). Na verdade, a integração europeia é um processo de capitalismo maduro, dirigido pelo capital e nasceu para resolver as expressões das grandes companhias europeias. Já a integração africana formada pelas economias pouco desenvolvidas, tem como principal objetivo o desenvolvimento económico, In *Fernandes, Boukouna, Júnior –pp:24-25*.

A própria divisão da África em diferentes “Áfricas” vem da ideia de cada região formar um bloco económico, com vista formar a verdadeira União Africana (KI-ZERBO, 2000).












Finalmente, essa ideia foi concretizada com a Organização da Unidade Africana (OUA) fundada em 1968 e que teve um papel crucial na integração total do continente (Fernandes, 2008). Assim, os diversos blocos regionais são as estratégias de a África superar os seus desafios de desenvolvimento, porque uma maior sinergia económica é obtida na medida em que a vantagem económica de todas as comunidades é maior do que a soma dos benefícios económicos dos Estados membros de forma separada (ECA, 2008), In *Fernandes, Boukouna, Júnior –pp:26*

Figura 2: Mapa de CEDEAO



Fonte: Pagina Oficial da CEDEAO

Tabela 4: Alguns Indicadores Económicos dos Países da CEDEAO (2018)

Países	População (2018) milhões	Taxa do crescimento do PIB em (%)	PIB actual em milhões de dólar	PIB per capita em milhões de (Dólar USA)	Taxa de Índice de Preço do Consumidor IPC(%)
Benin 	11.485	6.10%	10.352	901	1.02%
Burkina Faso 	19.751	6.40%	14.217	720	1.86 %
Cabo Verde 	0.544	4.50 %	1 964	3 612	1.25 %
Côte d'Ivoire 	25.069	7.20 %	42 909	1 712	0.44 %
Gâmbia 	2.280	5.30 %	1 605	704	6.52 %
Gana 	29.767	6.50	65 760	2 209	9.84 %
Guiné Conacri 	12.414	5.90 %	12 010	967	9.83 %
Guiné-Bissau 	1.874	3.90 %	1 460	779	1.40 %
Libéria 	4.819	3.00 %	2 781	577	23.56 %
Mali 	19.078	5.40 %	17 141	898	1.73 %
Níger 	22.443	5.30 %	9 229	411	2.97 %
Nigéria 	195.875	1.90 %	421 694	2 153	12.09 %
Senegal 	15.854	6.80 %	24 188	1 526	0.46 %
Serra Leao 	7.650	2.00 %	3 933	514	16.86 %
Togo 	7.889	4.88 %	5 360	679	0.93 %

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados UNCTAD (2018)

Faz algum comentário sobre aos valores apresentados na tabela.

No momento inicial da sua criação, os objetivos da CEDEAO eram basicamente o desenvolvimento económico. Mas, ao longo do tempo, os aspetos políticos, a paz e a segurança, se converteram progressivamente numa prioridade para organização, motivados pelos constantes Conflitos Cívicos em alguns países (De La Vega, 2007).

Independentemente da grande agrupação regional que é a CEDEAO, os países da região ainda estão subdivididos em outros dois blocos: (i) a União Económica e Monetária dos Estados da África Ocidental (UEMOA) - formada pelos países francófonos com exceção da Guiné-Bissau e, (ii) West African Monetary Zone (WAMZ) - constituída pelos países da colonização inglesa com exceção da Guiné-Conacri. Ou seja, os dois subgrupos dentro da CEDEAO representam uma fase preparatória para o estabelecimento de uma moeda única na África Ocidental definida até 2015, que seria o ponto de partida do sonho africano de ter um mercado único com uma moeda única em 2028 (UEMOA, 2009). In *Fernandes, Boukounga, Júnior* –pp:31

Os autores manifestam que apesar da integração, unidade e cooperação estar nas ideias dos africanos desde pan-africanismo, o seu processo só começou a dar passos em 1990, como estratégias de promoção do desenvolvimento, sustentabilidade socioeconómico e a estabilidade política. (citando Nkrumah e EGOSCOZABAL, 2007).

Os autores apud Badi (2000), que defende que a não desenvolvimento do continente africano, não é como muitos autores apontam para pobreza, falta de instituição sólida, as epidemias, infraestruturais débil, problemas étnicos, que esses aspectos não estão longe da verdade, mas que a maior problema de subdesenvolvimento da África é sim o processo da colonização e o tratamento desigual dos países africanos no comércio internacional.

Os autores ressaltam que os países africanos não poderão acompanhar os outros países nos desenvolvimentos, tendo em mente a nossa história de colonização, onde éramos proibido de tudo, e só começou a desenvolver a partir dos anos 70 com início da independência dos países africanos. Fazendo lembrar que África antes da chegada europeia, através dos seus impérios, reinos e dinastia, contava com instituição bem organizada e estruturada.

1.3.1. CEDEAO – Criação e Processo de Efectivação

Com a fundação da Organização da União Africana -OUA, cerca de 10 anos depois, em maio de 1975, a integração sub-regional arrancou na África Ocidental com a criação da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental – CEDEAO (Akoutou, Sohn, Vogal eYeboah (2014). Analisando o processo da efetivação da CEDEAO, Gomes (2008) considera que esta surgiu de uma serie de negociações complicada das reuniões ministeriais de Lomé em dezembro de 1973, de Acra em fevereiro de 1974 e de Monróvia em janeiro de 1975. Até que em 26 de novembro de 1976, cinco Protocolos foram assinados em Lomé, Togo, pelas partes contratantes do Tratado da CEDEAO, criando assim as condições necessárias para a instalação das instituições da Comunidade e para a gestão da integração económica regional que veria a se efetivar a partir de 1 de janeiro de 1977 (Gomes,2008).

A CEDEAO é um espaço regional composto por 15 países (*o Benim, o Burkina Faso, Cabo Verde, Côte d'Ivoire, a Gâmbia, o Gana, a Guiné, a Guiné-Bissau, a Libéria, o Mali, o Níger, a Nigéria, a Serra Leoa, o Senegal e o Togo*) e foi criada em 28 de maio de 1975 e reestruturada em julho de 1993 com assinatura do tratado que lhe atribuía oficialmente o objetivo de reforçar a cooperação económica e política (prevenir e resolver os conflitos) na sub-região da Africa Ocidental. (CEDEAO 2019).

Os desafios que a sub-região impôs a essa Organização Internacional regional, mormente, no processo de resolução de conflitos, construção da paz e promoção de desenvolvimento, incitaram a reconfiguração do seu tratado constituinte, na Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, através da Decisão A/DEC.10/5/90, de 30 de maio de 1990 (Gomes, 2008). Gomes (op. cit) argumenta que, após uma ampla discussão, o Tratado foi revisto a 24 de julho de 1993, de forma a acelerar a integração económica e aumentar a cooperação na esfera política, incluindo o estabelecimento de um Parlamento Oeste Africano, um Conselho Económico e Social e um Tribunal, para assegurar a execução das decisões da Comunidade. O Tratado revisto atribuiu, formalmente, à Comunidade a responsabilidade de evitar e resolver conflitos na região, de modo a criar um ambiente de paz e segurança, requisitos essenciais para o processo de integração e desenvolvimento.

Contudo, os problemas e obstáculos associados ao processo de integração no continente africano como um todo e na sua região ocidental em particular foram (são) enormes, muito por culpa dos processos históricos que, além de desestabilizar a dinâmica cultural e económica do continente, exigia (exige) uma nova dinâmica para a integração no sistema mundo global. Perante isso, a integração passa necessariamente pela solução desses problemas, que afetam cada estado individualmente e continente no seu todo. Aliás, para muitos, esta é a condição sine qua non para a promoção do desenvolvimento do continente africano neste limiar do século XXI e a forma mais competitiva de participar da Globalização (Torres, 1997) *apud* Pina (2010).

O continente Africano, em particular a Sub-região Oeste africana, ainda confronta com problemas de várias índoles cuja resolução tem fracassado não apenas por motivos económicos, mas principalmente pelos problemas políticos, sociais e culturais (Asante, 2014; Diallo, 2015; Duarte, 2008). Pobreza extrema, fraco crescimento económico e estados frágeis são os exemplos mais gritantes desses problemas (A. Vogl, M.;Yeboah, D. (2014). Alguns autores (Bilal, 2013; Rommel, 2011) consideram que um dos maiores impedimentos ao crescimento económico na CEDEAO é o grau insuficiente do comércio intrarregional. Apenas 12% das transações comerciais se realizam entre os países membros o que se afigura como reduto se comparado, por exemplo, com a União Europeia onde esse feito atinge os 70% (Rommel, 2011).

Tolentino (2011), define a integração regional em duas ideias-chaves: primeiro, como sendo um determinado número de estados ligados pela geografia e certo grau de interdependência e a outra como sendo uma área geográfica que não é um Estado, mas que tem algumas características próprias de um estado, tais como política, economia, promoção do bem público e soberania.

O conceito de Integração Regional pressupõe um contexto geográfico que inclui a proximidade entre países, compreendendo projetos de cooperação política e económica, levando a que cada Estado beneficie de um espaço mais alargado e organizado institucionalmente. Em África, essa integração liga-se a um nível macrorregional com a União Africana, compreendendo todo um processo de integração política que envolveu um debate acirrado entre adeptos de um mercado comum único, por um lado, e adeptos de agrupamentos sub-regionais e intraestatais, por outro (Nye, 1968 como citado em Duarte 2015).

Segundo Diallo (2015) os atuais países da África Ocidental, como o resto do continente, pensaram na união a fim de fazer frente tanto ao passado da escravatura e do colonialismo quanto à dominação do imperialismo e de neocolonizamos ocidental, além de fazer frente aos desafios do desenvolvimento, da emancipação sociopolítica e cultural de seus povos no mundo globalizado.

2. ACORDO DA PARCERIA ECONÓMICA – APE ENTRE UNIÃO EUROPEIA E OS PAÍSES da APC

Como um dos principais blocos económicos internacional, a União europeia tem vindo a apoiar outros blocos regionais, nomeadamente, africanas, no processo de integração e desenvolvimento económico. O Acordo de Parceria Económica (APE) é um dos acordos que reflete esse feito. Este acordo surge no âmbito do Acordo de Cotonou e deveria ter entrado em vigor a 1 de janeiro de 2008 (Cateano e Santos, s/d). As negociações do APE com a África Ocidental e outros agrupamentos regionais dos Estados ACP (África, Caribe e Pacífico), tem focado no estabelecimento de zonas de comércio livre recíprocas com o objetivo primordial de promover o desenvolvimento, a integração regional e facilitar a integração da região na economia mundial (Bilal, 2014).

2.1. objetivo e natureza

Os Acordos de Parceria Económica (APE) entre os Estados ACP e a Comunidade Europeia surgem no âmbito do Acordo de Cotonou que foi assinado em 23 de Junho de 2000 em Cotonou, Benin, e que deveria ter entrado em vigor a 1 de Janeiro de 2008². Com o acordo, APE passaria a existir uma quase total liberalização das trocas comerciais entre a UE e os países ACP. Neste sentido, os acordos evidenciam uma clara reorientação da natureza das relações comerciais (Santos e Caetano, 2009).

As relações entre a África Ocidental (como parte dos Estados da África, Caraíbas e Pacífico) e a União Europeia foram regidas por quatro convenções sucessivas de Lomé, entre 1975 e 2000. Faria (2015) nos explica as 4 convenções de Lomé, a saber:

² <http://www.epa.ecowas.int/?lang=pt-pt>

- **Lomé I** decorreu de 1975-1980 e **Lomé II** de 1980 a 1985, onde foram introduzidas novas medidas que traduziram na criação do centro Técnico de cooperação agrícola e Rural: (STABEX- Fundo de Estabilização das receitas de exportação sobre os produtos agrícolas e SYSMIN- prioriza Produtos. Minerais);
- **Lomé III** decorreu de 1985 a 1990, e priorizou a segurança alimentar e ambiental;
- **Lomé IV decorreu no período de** 1990-2000 (revista a meio percursos em 95- **Lomé IV bis**), estabelece pela 1ª vez a ligação Direitos Humanos e desenvolvimento (crise petrolífera dos anos 70, alta dos preços de matérias primas e diálogo Norte – Sul).

Visto que, a Convenção de Lomé estava prestes a expirar e de forma a ultrapassar os pontos fraco da mesma, a UE e os países do ACP concordaram em reformar radicalmente as relações comerciais ACP-EU através da negociação do Acordo de Parceria Económico (Art. 37.1.). A principal razão dessa parceria deveu-se ao facto do acordo comercial de Lomé não estar em consonância com as regras do comércio internacional, mas também porque as preferências comerciais existentes tinham tido um sucesso limitado e estavam a sofrer algum desgaste. Ambas as partes decidiram, portanto, chegar a acordo sobre um novo pacto comercial até dezembro de 2007. (CEDEAO).³

Analisando o processo da implementação do APE, em 23 de junho de 2000 em Cotonu, Benin, foi assinado o APE, entre União Europeia e os países ACP, e, foi revista em 25 de junho de 2005 em Luxemburgo e uma outra revisão foi em 22 de junho de 2010 em Ouagadougou em Burkina Faso. APE ACP- EU tornou-se um acordo de parceria/reciprocidade, que nos acordos de Lomé não havia. (CEDEAO 2017).

A nível do lançamento das negociações do APE, foram oficialmente lançadas a nível global ACP em 27 de setembro de 2002. Na região Oeste Africana, as negociações entre a UE e a AO tiveram início a 4 de agosto de 2004, após o lançamento do Roteiro de Acra. E para APE entre a África Ocidental e a União Europeia é o estabelecimento de uma zona de comércio livre entre a Europa e a África Ocidental (CEDEAO + Mauritânia), em consonância com o artigo XXIV do

³ <http://www.epa.ecowas.int/?lang=pt-pt>

GATT, através da eliminação gradual das restrições comerciais entre os dois parceiros comerciais (CEDEAO, 2017).

O APE entre a União Europeia e a CEDEAO tem como objetivo a liberalização progressiva e assimétrica das trocas comerciais entre as duas regiões, com vista a promover a integração harmoniosa e progressiva dos países ACP na economia mundial, tendo em conta as suas opções políticas e prioridades de desenvolvimento, incentivando o seu desenvolvimento sustentável e contribuindo para a erradicação da pobreza (CEDEAO, 2017). Os objectivos preconizados da APE busca alternativas, que, por um lado, elimine as incompatibilidades então existente entre o acordo de Cotonu e a Organização Mundial do Comércio, e, por outro lado, proporcionar um acordo potenciador de desenvolvimento para todos os países da CEDEAO⁴.

As negociações do Acordo de Parceria Económica entre a África Ocidental e a União Europeia (APE) foram concluídas ao 30 de junho de 2014 com a rubrica de um texto consensual pelos negociadores⁵, onde os Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) aprovaram o acordo e deixaram em aberto para a assinatura por parte dos Estados⁶. Atualmente, 13 dos 16 Estados da África Ocidental assinaram o texto do acordo. Restam ainda por assinar, a Gâmbia, a Nigéria e a Mauritânia.⁷

De acordo com o memorando⁸, o pré-citado acordo compreende duas principais vertentes, a vertente comercial e a dimensão desenvolvimento. A vertente comercial define as condições de acesso aos mercados das diversas partes e a vertente desenvolvimento enuncia os apoios a conceder à Região da África Ocidental no âmbito do APE e as preferências assimétricas a favor dessa Região

De acordo com o texto de acordo da negociação do APE, são indicados os seus princípios fundamentais, a saber:

⁴ <http://www.epa.ecowas.int/?lang=pt-pt>

⁵ foi aprovado pela 45ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO realizada a 15 de julho de 2014 em Acra.

⁶ Os Chefes de Estado da CEDEAO autorizaram a assinatura do APE na sua 46ª Cimeira realizada a 15 de dezembro de 2014 em Abuja

⁷ <http://www.epa.ecowas.int/?lang=pt-pt>

⁸ Memorando sobre o acordo de parceria económica entre a África Ocidental e a União Europeia: APE- AO-UE, no âmbito da quadragésima nona sessão ordinária da conferência dos chefes de estado e de governo da CEDEAO, realizada em Dacar, 4 de junho de 2016

- Reciprocidade; (falar um pouco)
- Regionalismo; (falar um pouco)
- Diferenciação;(falar um pouco)
- Flexibilidade;(falar um pouco)
- Ajuda Financeira; (falar um pouco)

2.2. APE entre União Europeia e Africa Ocidental- CEDEAO

Organização da União Africa – OUA foi fundado em Adis Abeba, em maio de 1963, por todos os países africanos para promover o pan-africanismo e institucionalizar a solidariedade defensiva entre os Estados africanos, com vista a proteger a liberdade e a soberania recentemente conquistadas de potenciais tentações neocoloniais dos europeus (Akoutou, Sohn, Vogal eYeboah (2014).

Quando falamos da APE – CEDEAO+ Mauritânia e União Europeia, sabemos que a CEDEAO composta por 15 membros é devida em três partes – Anglófono, Francófono que temos o bloco económico que é UEMOA (que é o bloco económico mais bem organizado, principalmente no que tange a livre circulação de capitais e bens), temos a Lusófona que tem dois países, Cabo Verde e a Guiné Bissau. É do conhecimento geral que Nigéria é a maior poder económico CEDEAO, e a Nigéria ainda não assinou o acordo da APE, mostrando uma certa preocupação com este acordo, daí vem a questão. Isso levanta algumas inquietações, de o porquê da resistência da Nigéria em não assinar o APE, qual será a explicação dessa atitude? Será que a União Europeia avançaria com a implementação do APE sem a Nigéria? Essas são as questões que ainda não temos uma resposta.

Com a crise económica e sendo a Nigéria a grande produtora do petróleo, e a Europa não tem como não ir comprar o petróleo na Nigéria, seria necessário a assinatura do APE? Sabendo que com a abertura da fronteira, sem barreiras alfandegários, a Europa sairia a ganhar e a Nigéria perderia, por ser o mercado mais pequeno e com poucas opções de comércio.

Uma vez criada a OUA e perante a adversa situação africana naquela quadra histórica, seus dirigentes buscavam diretrizes para superar os efeitos negativos herdados da época colonial e

impulsionar o desenvolvimento. Neste contexto, a integração regional se apresentava como uma das opções mais viáveis (Fernandes, 2011). Uma das primeiras estratégias feitas pela OUA com vista a impulsionar a integração o desenvolvimento continental, tendo em conta a proximidade geográfica e os laços culturais, foi a divisão da África em cinco zonas a saber: África Austral, África Central; África Oriental; África do Norte e a África Ocidental. Essas zonas formaram vários blocos regionais, dos quais se destaca, para o nosso caso de estudo a África Ocidental, concretamente a sub-região da CEDEAO. A CEADAO vem adoptando, desde a sua criação uma política ativa no processo de integração e desenvolvimento dos seus estados membro. Dentro dessa lógica o APE se perfila como um elemento de destaque, uma vez que, afigura um esforço não apenas no processo de integração regional mas, principalmente, na integração no sistema mundial globalizado.

Para o Director Geral dos Assuntos Económicos e Integração Regional⁹, o APE, foi considerado durante vários anos como sendo um instrumento de relação económica entre os dois blocos económicos, África e Europa. E a partir do IV Acordo de Lomé, a África era tratada como um todo, mas com o acordo de Cotonu, a Europa começou a realizar acordos com cada um dos blocos, não com os países, mas sim com os blocos regionais e que em paralelo estava a acontecer a negociação da OMC, com o objectivo de facilitar a entrada e saída da mercadoria e a um preço baixo. Ao seu ver, com esses acordos o comércio tornou cada vez fundamental para o crescimento da economia. Começou com negociação de bens e logo passou para negociação de serviços (Telecomunicações; Serviços Internacionais etc..) e como os serviços não passam pelas fronteiras, daí a necessidade de negócios internacionais – OMC. Com isso a Europa teve a necessidade de criar o acordo de APE, como forma de regular a gestão do comércio entre Africa e Europa.

Numa conversa com o Director Geral dos Assuntos Económicos e Integração Regional do Ministérios dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, Dr. Eduardo Silva¹⁰, ficamos a saber que, o Acordo da Parceria Económica - APE , foi considerado durante vários anos como sendo um instrumento de relação económica entre os dois blocos económicos, Africa e Europa. E que a

⁹ Eduardo Jorge Silva, Ministro Plenipotenciário, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades (DE UNDE, DE QUE PAÍS)

¹⁰ Ministro Plenipotenciário Nível III, Diplomata do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades

parceria significa que ambas as partes vão ceder para melhor negociação em defesa do interesse comum.

A Africa tem 5 grandes blocos (zonas):

- CEAC – Magrebe (Egipto, Líbia; Marrocos, Argélia e Sudão);
- Africa Ocidental = CEDEAO + Mauritânia;
- Africa Central (Golfo do Guiné e as zonas adjacentes – Angola; Guiné Equatorial; Gabão; Camarões e São Tomé e Príncipe);
- Africa Austral – (Bloco Económico o SADC) – Angola, Moçambique, Bosom; Zimbabué;
- Africa do Leste (Africa Oriental) – Ilhas Maurícias, Ilhas de Madagáscar; Uganda; Ruanda; Etiópia etc..

3. Fluxo Comercial entre UNIÃO EUROPEIA E CEDEAO à luz do Comercio Internacional – Análise Empírico

Fazendo uso de dados entre o período de 2008 a 2018, realizamos uma análise empírica das trocas comerciais entre União Europeia e CEDEAO. Foi necessário recorrer às várias bases de dados de modo a recolhermos todas as informações necessárias.

Sendo o comércio uma atividade importante e esta na base de desenvolvimento de todos os países. E o padrão de comércio é determinado pelo perfil de especialização dos países. Para tal utilizamos uma grande variedade de rácios:

Grau de Abertura

Com o rácio de Grau de Abertura, pretendemos analisar o peso do comércio no produto dos países da CEDEAO, no período de 2008 a 2018.

$$\frac{X_t + M_t}{PIB_t}$$

Ainda dentro deste rácio vamos fazer uma decomposição do Grau de Abertura em dois indicadores parciais que são: Intensidade exportadora e a penetração das importações.

Intensidade exportadora – Contribuição das exportações para o PIB

$$\frac{X}{PIB}$$

Penetração das importações – indica o grau de satisfação da procura interna através da importação.

$$\frac{M}{PIB}$$

No âmbito das ciências económicas, a expressão ‘grau de abertura’ é utilizada para designar uma medida de abertura da economia de determinado país ao exterior, permitindo medir e comparar a inserção dessa mesma economia na economia mundial. Para medir o grau de abertura é efetuada a comparação entre as exportações e importações do país e o valor da sua produção interna (PIB). Assim, uma economia é tanto mais aberta, quanto maior for o valor deste indicador. Por outro lado, quanto maior o valor deste indicador, maior é a sensibilidade da economia interna a oscilações na economia externa.

Segundo MONTE DE OLIVEIRA (20??), a diversificação do setor industrial e a eficiência do processo produtivo também estão relacionadas com o grau de abertura da economia. Ainda segundo a mesma, é através do mercado internacional que o setor industrial se capacitará absorvendo novas tecnologias que serão aplicadas na otimização dos processos produtivos. A evolução do setor produtivo leva à sofisticação da pauta de exportação dos países em desenvolvimento, que passam a ofertar produtos de maior valor agregado e menor custo.

Estrutura sectorial do comércio

Analisar a participação de cada produto/setor na exportação/importação total nos dois blocos regionais.

$$\frac{X_i}{X}$$

Estrutura geográfica do Comércio.

Com esse rácio pretendemos verificar a participação de cada país membro da CEDEAO na exportação/ importação total da União Europeia.

$$\frac{X_i}{X}$$

Indicador de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica

É uma medida da estrutura relativa das exportações

$$VCRS = \frac{\frac{\frac{X_{ij}}{X_m} - 1}{\frac{X_j}{X_m}}}{\frac{\frac{X_{ij}}{X_m} + 1}{\frac{X_j}{X_m}}} \quad (1)$$

Para VCRS entre 0 e 1 indica vantagem comparativa

Para VCRS próximo de 0 indica que o país esta na média

Para VCRS entre -1 e 0 indica **desvantagem** comparativa

Aqui elaborar uma tabela: Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica por Grupo de Produtos de CEDEAO para União Europeia, 2008 – 2018

Taxa de Cobertura das Importações (Vantagem comparativa em termos de cobertura das exportações) – *Taxa de cobertura sectorial normalizada*

Indica quantas vezes o valor das exportações do sector i esta a cobrir o seu volume de importação

$$TC = \frac{\frac{X_{ij}}{M_{ij}}}{\frac{X_i}{M_i}}$$

Se maior que 1 trata-se de um setor competitivo.

Mais adequado para comparações intertemporais. Permite analisar se o ganho ou perda de competitividade se deve ao sector ou toda a economia. (estrutural que afeta toda a economia ou conjuntural, que afeta só o setor).

Com o **Rácio de Índice de diversidade do comércio**, pretendemos indicar o número de artigos que CEDEAO exporta para EU.

Ainda vamos analisar o **Índice de Ubiquidade**, para averiguamos quantos países da CEDEAO exporta o mesmo produto para EU.

Somatório de países que exportam i

Não ubiquidade com diversidade significa “complexidade econômica”.

Diversidade com ubiquidade significa falta de complexidade econômica.

uma pauta muito diversificada, mas com bens ubíquos (peixes, tecidos, carnes, minérios, etc...) não apresenta grande complexidade econômica; o país faz o que todos fazem.

Não há considerações sobre questões qualitativas relevantes para a produção e exportação desses bens. Ou seja, não há juízo de valor em relação ao que se considera complexo ou não complexo.

O conceito de complexidade se mantém ao longo do tempo sempre como uma medida relativa entre países e produtos.

Índice de Concentração Sectorial das Exportações (Índice Gini-Hirschman).

O Índice de Gini-Hirschman. é muito utilizado na literatura econômica para mensurar a concentração das exportações e importações, tanto com relação aos produtos, quanto em relação aos destinos. Através do resultado obtido por este indicador, é possível analisar a concentração das exportações de CEDEAO para União Europeia, em relação ao produto e ao destino.

Para Love (1979), é importante um país possuir uma pauta de exportações mais diversificada, pois significa também indício de trocas mais estáveis.

Segue infra a formula deste indicador:

$$\sqrt{\sum \left(\frac{X_{ij}}{X_j}\right)^2}$$

Quanto mais próximo de 1 maior concentração, se próximo de 0 indica uma exportação mais diversificada.

Tabela: Índice de Concentração das Exportações por Produto e Concentração das Importações por Destinos de CEDEAO, 2008-2018 (por elaborar

Ainda pretendemos analisar Balança de pagamentos, Taxa de Cambio, Criação e desvio de comércio

A OCDE (2017) nos mostra que:

“O comércio em África cresceu, mas é necessária uma diversificação dos produtos Em África, o enorme crescimento do comércio e a diversificação dos parceiros comerciais nas últimas duas décadas não resultou num alargamento do seu cabaz de exportações.

O comércio africano de mercadorias com o resto do mundo disparou, passando de 197 mil milhões de USD, em 1995, para 852 mil milhões de USD, em 2015. Este aumento exponencial reflete uma subida das importações e das exportações. Neste período, a importação de produtos provenientes do resto do mundo aumentou 4.7 vezes e as exportações africanas quadruplicaram. Até 2013, as economias avançadas eram os principais parceiros comerciais de África. A partir de 2014 verificou-se uma grande mudança, e mais de metade do comércio do continente africano com o resto do mundo passou a desenrolar-se com as economias emergentes e em desenvolvimento. Esta revolução na diversificação dos parceiros não se refletiu, porém, em alterações na variedade de produtos vendidos pelo continente africano. O alargamento do cabaz de exportações africanas, com vista a incluir mais produtos industriais e transformados, continua a ser um desafio.”

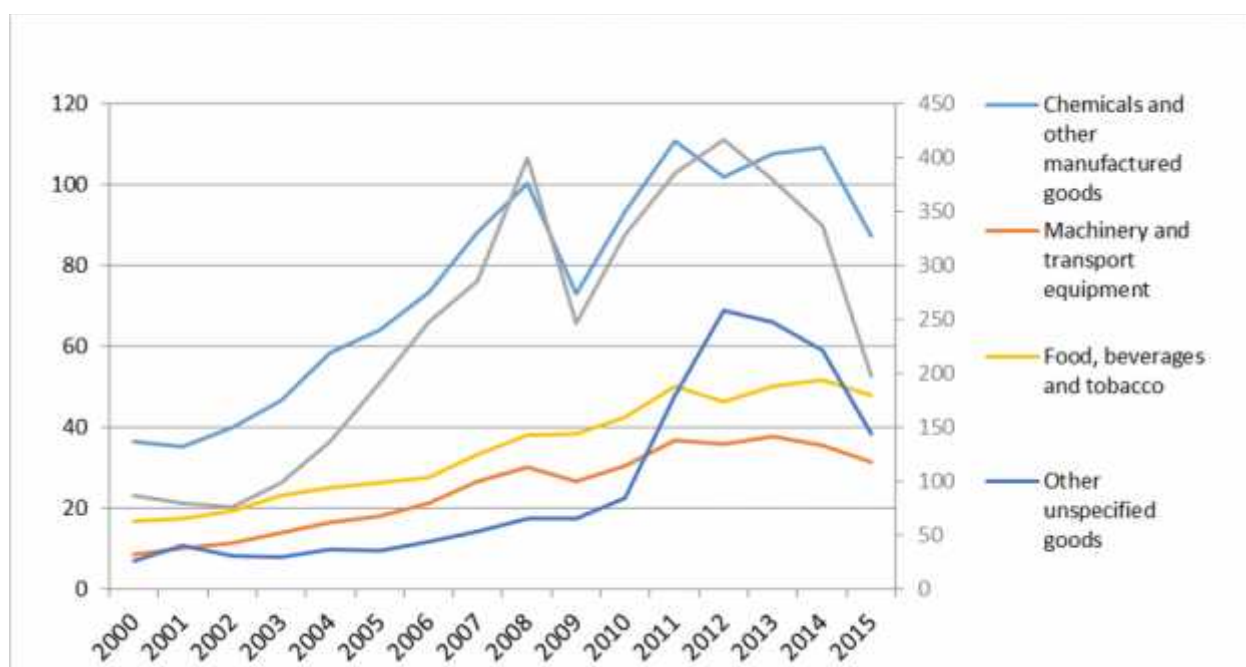
“A geografia do comércio do continente africano transitou da Europa para a Ásia. Pela sua dimensão e desenvolvimento económico, a União Europeia continua a ser o maior cliente dos produtos africanos. Em 2015, representou mais de 30% do comércio total de África, embora esta proporção já tenha sido de 40% no ano 2000. Neste período de tempo, o valor dos bens comercializados entre África e a Ásia quintuplicou, atingindo, em 2015, 25% do comércio africano de mercadorias com o resto do mundo. Ao nível bilateral, a China e a Índia eram, respetivamente, o oitavo e nono parceiro comercial de África, no ano 2000. Em 2015, passaram a ser o primeiro e o segundo principais parceiros (ver Tabela 3.1). No ano 2000, os Estados Unidos ocupavam o primeiro lugar e a França o segundo lugar, sendo agora o quarto e o terceiro, respetivamente. Em 2016, o comércio entre os Estados Unidos e África decresceu pelo sexto ano consecutivo. As principais importações norte-americanas de África são o petróleo e as matérias-primas, tais como pedras preciosas, cacau e minérios. Com o aumento da produção de petróleo e gás nos Estados Unidos, as importações provenientes de África continuaram a registar uma tendência decrescente, passando de um máximo de 98 mil milhões de USD, em 2010, para um mínimo de 22 mil milhões de USD, em 2016.” (OCDE 2017).

Ainda OCDE (2017) explica que apesar do aumento significativo do comércio, a diversificação das exportações continua a ser um desafio para o continente africano. A concentração das exportações em algumas matérias-primas e setores restringe as potencialidades do comércio, prejudica a capacidade de criação de emprego e agrava a exposição a choques económicos globais. Muitos países estão conscientes destes riscos e encaram, atualmente, a diversificação das exportações como uma parte crucial do desenvolvimento económico (Hesse, 2008). Em muitas economias africanas, contudo, os esforços para iniciar uma diversificação das exportações não tiveram muito sucesso. Não se verifica um impulso suficientemente forte para a transformação estrutural. A concentração da produção e do comércio deixaram o continente vulnerável aos problemas mundiais e aos choques nos preços das matérias-primas.

OCDE (2017) O comércio em África tem tido um fraco desempenho desde o início dos recentes choques globais nos preços das matérias-primas. Em termos gerais, o saldo da balança de transações correntes passou de um superavit de 5.8% no Produto Interno Bruto (PIB) registado entre 2005 e 2009 para um défice estimado em 6.4%, em 2016. As perspetivas continuam a ser

pouco animadoras enquanto os preços das matérias-primas se mantiverem baixos. Desde 2012, a fraca procura nos principais mercados do petróleo e gás africanos, juntamente com a queda do preço das matérias-primas, causaram uma grande contração das receitas de exportação. Em 2015, as exportações africanas de petróleo decresceram 41% face ao ano anterior, o que representa a maior queda desde o ano 2000 (ver Figura 3.1). Muitos países africanos exportadores de recursos naturais não tinham grandes opções para colmatar as lacunas de financiamento geradas pela perda de receitas petrolíferas. O setor agrícola emprega mais de 60% da população ativa em África, mas representa menos de um quarto das exportações totais do continente africano.

OCDE (2017) Composição das exportações de mercadorias, África, 2000-15 (em mil milhões de dólares)



Produtos químicos e outros produtos da indústria transformadora

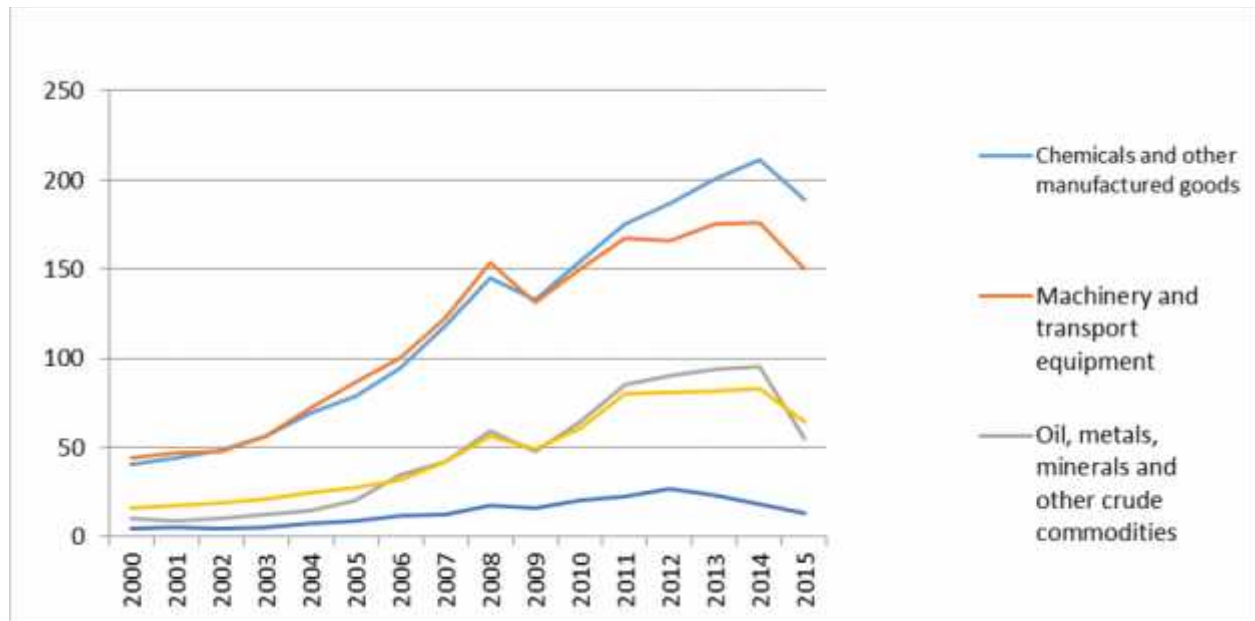
Maquinaria e equipamento de transporte

Alimentação, bebidas e tabaco Maquinaria

Outros bens não especificados

Petróleo, metais, minerais e outras matérias-primas brutas

OCDE (2017) Composição das importações de mercadorias em África, 2000-15 (em mil milhões de dólares)



Produtos químicos e outros produtos da indústria transformadora

Maquinaria e equipamento de transporte

Petróleo, metais, minerais e outras matérias-primas brutas

Outros bens não especificados

Alimentação, bebidas e tabaco

Com a figura supra a OCDE (2017) explica que África poderia reduzir significativamente a sua fatura de importações se aumentasse o processamento e transformação da sua produção de matérias-primas brutas. As importações de mercadorias em África são compostas, maioritariamente, por produtos da indústria transformadora e equipamento de transporte (Figura 3.2). Anos de dependência da produção e exportação de matérias-primas impediram o continente africano de explorar formas de produção dos bens que atualmente importa. Isto levou a um aumento da fatura com alimentos e produtos transformados menos sofisticados. O valor das

importações de alimentos e produtos transformados (não maquinaria) tem subido desde 2000, com exceção do ano de 2015. Dessa forma, o crescimento da indústria ligeira poderia contribuir para uma redução das exportações provenientes de outros continentes e para um aumento do comércio intraafricano com países que têm produção agrícola e capacidade de processamento dos produtos.

Tabela 5: Comércio Total e percentagem anual do mundo, a nível da Exportação na CEDEAO (milhoes de dólar)

Países	Ano										
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Bénin	1282.255	1224.729	1281.61	1410.146	1442.627	1981.884	2559.946	1681.88	1774.304	2215.963	2451.424
Burkina Faso	693.159	900.493	1591.029	2398.986	2182.205	2355.589	2452.675	2176.351	2508.873	2874.889	3253.4152
Cabo Verde	31.982	35.12	44.497	68.547	56.358	68.913	80.35414	66.824	59.82195	50.0169	75.577877
Côte d'Ivoire	10390	11326.89	11410.18	12635.16	12123.55	12049.43	12950.83	11730.49	10875.57	11853.06	12322.081
Gâmbie	13.67	65.919	68.291	94.913	118.848	106.204	104	90.1209	94.01495	105.8954	101.7927
Ghana	5269.726	5839.71	7960.09	12785.42	13552.35	13751.92	13216.77	10321.09	11138.35	13835.02	14868.09
Guiné	1342.01	1049.72	1471.17	1432.72	1927.59	1886.26	2066.34	1781.15	2414	4594.06	3978.07
Guiné-Bissau	128.181	121.562	126.596	242.018	131.041	152.8216	166.0548	252.2614	276.5561	328.8237	348.73814
Libéria	242.4	148.83	222	367	459.5	559.2	444.4	283.3	279.4	358.2	490.3
Mali	2097.118	1773.665	1996.261	2374.497	2610.387	2338.872	2775.884	2716.713	2826.1	2896.265	3437.176
Niger	910	1000	1150	1250	1450	1584.892	1444.502	1087.497	1031.521	1205.646	1292.5625
Nigéria	86273.5	56741.9	84000	116000	114700	90555.07	103100	50216.23	33302.28	44468.17	60546.583
Sénegal	2170.481	2017.386	2161.128	2541.705	2531.665	2660.988	2750.172	2611.672	2640.277	2989.042	3623.445
Sierra Leone	215.667	230.662	341.226	349.709	1121.866	1916.973	1552	511.6944	600.0546	567.0393	553.95245
Togo	852.603	903.026	976.2214	1178.724	1313.741	1518.838	1324.11	1010.567	1035.736	1016.158	1146.985

Fonte: UNCTAD

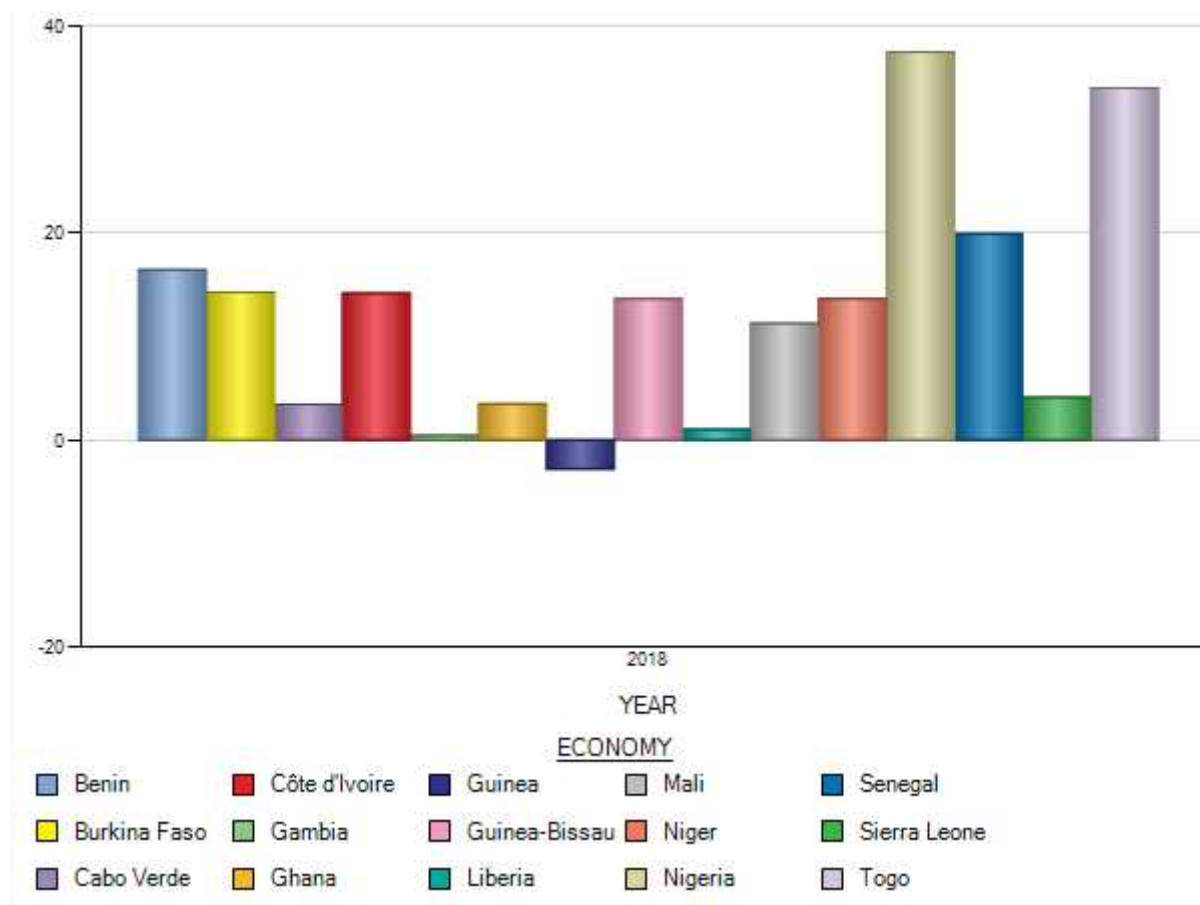
Tabela 6: Comércio anual e percentagem mundial, a nível da importação na CEDEAO de 2008 a 2018 (milhões de dólar)

País	Ano										
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Bénin	2289.374	2064.237	2053.879	2128.782	2338.76	3010.121	3827.9	2560.825	2872.305	3493.934	4068.072
Burkina Faso	2017.741	1870.281	2048.216	2406.396	3575.04	4355.928	3576.208	3080.057	3344.812	3894.86	4451
Cabo Verde	825.303	709.217	742.36	947.468	765.66	724.869	767.5418	604.058	665.918	789.4225	816.3053
Côte d'Ivoire	7883.679	6959.934	7849.331	6719.987	9769.657	12482.98	11177.66	9532.206	8404.078	9604.834	10967.82
Gâmbie	322.211	303.941	285.028	340.662	380.028	350.246	387.2023	401.7107	384.3377	548.8474	551.2011
Ghana	10268.51	8046.26	10922.11	15837.72	17763.17	17600.24	14600.2	13465.06	12920.11	12647.35	13089.27
Guiné	1366.07	1060.09	1404.92	2105.59	2253.96	1869.26	2372.42	2191.75	4429.44	3484.06	3385.64
Guiné-Bissau	226.6152	202.251	196.4557	240.111	181.773	182.7787	214.1925	206.949	230.1824	290.6744	330.3835
Libéria	813.4	551	709.8	1044.3	1004.7	1149.8	1996.6	1687.2	1301.8	1088.8	1100
Mali	3338.925	2486.281	3427.51	3351.539	3523.81	3807.141	3908.902	3800.321	4051.041	4285.558	4769.687
Niger	1696.435	2200	2475.871	2192.36	1902.936	2017.853	2190.468	1975.822	1715.323	1951.573	2217.672
Nigéria	49950.64	33906.28	44235.27	56000	51000	56000	58300	44700	35532.3	31272.82	43007
Sénegal	6527.603	4712.899	4782.24	5908.917	6434.216	6552.182	6554.9	5595.355	5477.912	6728.672	8071.904
Sierra Leone	534.139	520.304	770.037	1716.558	1603.531	1779.943	1568	1530.321	1067.618	1300.663	1354.051
Togo	1509.387	1508.526	1682.695	2187.274	2380.481	2763.764	2526.212	2335.954	2260.509	1874.266	2512.066

Tabela 7: Taxa de crescimento total do comércio, anual, de Exportação na CEDEAO , de 2008 a 2018 (em milhoes de dólar)

Países	ANO										
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Benin	22,4859317	-4,48632	4,644374	10,02927	2,303371	37,38021	29,16729	-34,3002	5,495263	24,89198	10,62567
Burkina Faso	11,2614767	29,91146	76,6842	50,78205	-9,03637	7,945367	4,121524	-11,2662	15,27888	14,58884	13,16665
Cabo Verde	66,4082418	9,811769	26,69989	54,04859	-17,782	22,27723	16,60229	-16,8381	-10,4784	-16,3904	51,10468
Côte d'Ivoire	19,8542416	9,017247	0,735317	10,7358	-4,04905	-0,61139	7,480828	-9,42282	-7,28804	8,987917	3,956984
Gambia	2,49681338	382,2165	3,598356	38,98317	25,21783	-10,6388	-2,07525	-13,3453	4,320911	12,63682	-3,87434
Ghana	25,6275985	10,8162	36,30968	60,61904	5,998473	1,472586	-3,89146	-21,9091	7,91835	24,21068	7,467065
Guinea	11,5552785	-21,78	40,1488	-2,61357	34,54059	-2,14413	9,546934	-13,8017	35,53042	90,30903	-13,4084
Guinea-Bissau	19,7550357	-5,16379	4,141097	91,1735	-45,8549	16,62124	8,659244	51,91451	9,63075	18,89947	6,05627
Liberia	21,0789211	-38,6015	49,16348	65,31532	25,20436	21,6975	-20,5293	-36,2511	-1,37663	28,20329	36,87884
Mali	34,7543971	-15,4237	12,55006	18,94722	9,934315	-10,4013	18,68473	-2,1316	4,026446	2,48274	18,67616
Niger	37,1957195	9,89011	15	8,695652	16	9,302897	-8,85802	-24,7148	-5,14725	16,88046	7,209113
Nigeria	29,5282178	-34,2302	48,03875	38,09524	-1,12069	-21,0505	13,85335	-51,2937	-33,6822	33,52892	36,15712
Senegal	29,6716092	-7,05351	7,125161	17,61011	-0,39501	5,108219	3,351542	-5,03605	1,095273	13,20942	21,22429
Sierra Leone	-12,058082	6,952849	47,93334	2,486036	220,7999	70,87362	-19,039	-67,03	17,26815	-5,50204	-2,30793
Togo	25,9581264	5,914007	8,105568	20,74351	11,45451	15,61168	-12,8209	-23,6795	2,490601	-1,8903	12,87467

Gráfico 1: Taxa de Crescimento Total de Comércio, anual, de Importação na CEDEAO (2018)



Balança de pagamentos, saldo em conta corrente, anualmente, da CEDEAO (milhões de dólares) (2008 a 2018)

Países	Ano										
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Bénin	-536.02	-648.93	-530.34	-516.16	-576.97	-673.18	-884.91	-744.72	-808.84	-927.31	-925.7
Burkina Faso	-963.13	-380.04	-181.45	-160.18	-162.3	-1345.16	-997.63	-895.04	-779.69	-894.07	-
Cabo Verde	-205.26	-244.93	-222.77	-304.54	-243.56	-107.36	-168.96	-50.59	-64.14	-138.08	-104.48
Côte d'Ivoire	451.56	1617.59	464.53	2662.72	-320.55	-632.72	510.03	-201.29	-413.99	-1046.5	-1459.3
Gâmbie	-6.29	28	17.5	-108.14	-92.78	-97.11	-84.56	-99.17	-95.6	-110.83	-185.25
Ghana	-3327.43	-1897.17	-2747.34	-3541.32	-4911.71	-5704.03	-3694.58	-2823.64	-2832.05	-2002.64	-2071.72
Guiné	-438.21	-403.36	-326.89	-1161.38	-1038.62	-1189.77	-981.68	-1020.2	-2744.93	519.35	-190.5
Guiné-Bissau	-28.78	-47.61	-70.79	-14.05	-83.24	-52.51	6.31	20.94	10.06	3.87	-
Mali	-1063.43	-654.87	-1189.94	-656.43	-272.67	-374.68	-675.84	-697.42	-1015.15	-1209.92	-1253.82
Mauritânie	-479.34	-491.73	-357.13	-259.5	-1226.09	-1261.76	-1473.12	-955.95	-706.79	-709	-937.32
Niger	-651.44	-1320.06	-1135.97	-1431.06	-1021.69	-1150.27	-1305.19	-1485.62	-1180.86	-1271.22	-1499.3
Nigéria	29150.29	13867.47	13111.23	10668.44	17374.34	19049.03	912.66	-16019.2	2713.57	10381.2	5334.44
Sénegal	-1883.74	-853.77	-588.9	-1146.68	-1528.09	-1549.43	-1345	-944.56	-795.11	-1522.5	-2788.7
Sierra Leone	-225.44	-326.98	-585.3	-1913.51	-1210.21	-737.1	-472.73	-1003.08	-162.82	-535.19	-
Togo	-221.96	-176.67	-199.71	-301.71	-294.14	-568.26	-457.86	-460.84	-436.33	-96.4	-

Balança de pagamentos, saldo em conta corrente, anualmente, da UE (milhões de dólares) (2008 a 2018)

Paises	Ano										
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Autriche	19306.07	10297.61	11478.45	6794.46	6143.3	8377.69	10585	6632.5	9751.86	7995.56	10800.67
Belgique	-4285.53	-5241.23	7977.33	-5486.68	-234.72	-1575.21	-4667.99	-4699.66	-2809.48	3566.8	-6819.42
Bulgarie	-11875.3	-4256.33	-964.62	272.49	-528.62	678.64	747.23	-19.07	1412.72	1847.29	2958.85
Chypre	-4222.95	-1986.48	-2905.95	-1099.26	-1525.51	-1193.02	-1008.21	-279.9	-1014.28	-1852.33	-1684.54
Tchéquie	-4407.95	-4869.77	-7351.2	-5020.06	-3158.5	-1105.89	457.72	460.99	3015.91	3148.01	860.05
Danemark	10413.12	11323.46	21051.01	22681.95	20460.99	26685.65	31353.33	24953.25	24694.75	26270.19	19977.1
Estonie	-2216.56	525.53	343.67	308.83	-444.8	132.69	196.68	419.76	474.81	860.83	570.88
Finlande	5913.9	4117.81	2709.78	-4762.51	-5845.71	-6067.99	-4980.79	-1673.97	-1783.74	-1843.07	-4392.65
France	-20284.2	-14798.6	-16617.6	-24598.2	-25900.8	-14333	-27269.7	-8974.41	-12018.4	-18484.8	-17864.5
Allemagne	213282.4	200992.2	196220	231818.4	251640	245288.9	278342.2	288111.5	293670.1	296172.3	291198.6
Grèce	-53466.3	-40737.7	-34078.8	-28801.7	-9413.81	-4891.82	-3868.94	-1595.2	-3371.74	-3561.01	-6290.39
Hongrie	-10931.1	-992.18	346.35	1132.35	2188.67	5094.38	2038.41	3356.53	7759.87	3847.97	626.75
Irlande	-17126.9	-10992.1	-2657.86	-3907.76	-7627.19	3699.73	2776.98	12819.32	-12576.8	28156.17	34242.96
Italie	-66827.5	-40359	-72993.8	-68277	-7328.07	21282	40172.05	24449.49	47515.33	51625.55	50556.11
Lettonie	-4482.74	2068.6	494.44	-898.67	-1020.51	-822.52	-554.54	-130.26	376.97	-245.69	-295.97
Lituanie	-6687.61	612.46	-487.57	-1970.38	-616.55	392.83	1499.78	-946.26	-344.73	463.09	817.33
Luxembourg	4355.29	3544.56	3585.15	3584.54	3206.99	3420.98	3347.76	2949.03	3013.25	3066.63	3389.3
Malte	-77.69	-557.61	-419.94	-13.07	151.31	270.41	991.37	300.47	434.97	1345.59	1433.23
Pays-Bas	38955.76	50018.8	61820.42	81319.68	89545.69	85495.94	75933.42	48500.16	62905.82	90128.56	99063.36
Pologne	-35829	-17867	-25875	-27355	-18605	-6749	-11444	-2659	-2458	602	-3280
Portugal	-31948.6	-25453.9	-24201.7	-14782.6	-3957.29	3594.89	141.84	235.18	1200.98	1166.66	-1508.26
Roumanie	-24986.1	-8234.13	-8478.45	-9276.55	-8200.07	-2076.33	-1382.75	-2155.84	-3960.51	-6754.85	-10756.7
Slovaquie	-6271.15	-3018.06	-4210.5	-4906.56	889.67	1797.28	1198.82	-1508.91	-1923.2	-1939.37	-2613.76
Slovénie	-2946.46	-535.42	-357.45	-420.01	612.04	1593.82	2555.79	1645.49	2154.73	2987.86	3073.24
Espagne	-152546	-63719.8	-56363.1	-47061.2	-3419.7	20754.25	14133.82	13775.65	27900.85	25008.12	12797.44
Suède	40802.94	25918.2	29195.82	31438.3	30417.33	30298.38	26016.75	20663.11	19219.32	15014.92	9458.32
Royaume-Uni	-123021	-84538	-83113.1	-51442.3	-100869	-142034	-149409	-142247	-140271	-87898.5	-108752

Taxa de crescimento anual de PIB per Capita na EU (2008 a 2018) Taxa média anual de variação per capita

Pais	ANO										
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Autriche	1.122359	-4.12241	1.385569	2.392496	0.103413	-0.60532	-0.02825	0.403381	1.238883	1.706792	1.914036
Belgique	0.024037	-2.98376	2.004077	1.103945	-0.41169	-0.41607	0.648145	1.115587	0.8945	1.110985	0.848694
Bulgarie	6.762943	-2.93369	1.985907	2.555222	0.639898	1.099261	2.462213	4.131007	4.631234	4.534758	3.843349
Croatie	2.265923	-7.04846	-1.17476	0.00791	-1.9088	-0.04325	0.407318	2.948387	4.133008	3.555327	3.252641
Chypre	1.077994	-4.60979	-1.28226	-2.12496	-4.35458	-5.57935	-0.21829	2.542446	4.332986	3.267249	2.631091
Tchéquie	2.015165	-5.37339	1.80402	1.488889	-0.9385	-0.53281	2.670747	5.207062	2.281915	4.068391	2.637488
Danemark	-1.0153	-5.39965	1.349062	0.826168	-0.27242	0.445649	1.152075	1.901924	1.993569	1.888963	1.050009
Estonie	-5.12105	-14.4738	2.568977	7.95404	4.664997	2.253002	3.109191	1.74718	1.972015	4.625099	3.623229
Finlande	0.309584	-8.66077	2.540927	2.109309	-1.87644	-1.19987	-1.03976	-0.22515	2.168287	2.542576	2.092291
France	-0.30751	-3.42426	1.393895	1.642141	-0.22876	0.073914	0.492947	0.704546	0.824943	1.859154	1.343228
Allemagne	1.346768	-5.42544	4.173883	3.623298	0.346789	0.239836	1.831833	1.319707	1.736758	1.582864	0.831541
Grèce	0.387549	-3.59304	-4.85679	-8.64106	-6.88816	-2.87551	1.107295	-0.04814	0.227966	1.944312	2.357145
Hongrie	1.177245	-6.29689	0.980345	1.983217	-1.31902	2.409664	4.532194	3.823022	2.542504	4.384814	5.141192
Irlande	-5.9204	-6.2968	0.465904	2.159854	-0.33371	1.479669	8.06087	25.07157	4.000165	6.498579	5.251565
Italie	-1.34303	-5.77551	1.3101	0.131308	-3.29031	-2.19751	-0.2887	0.642659	1.004491	1.553971	0.977227
Lettonie	-2.35527	-13.3454	-2.76531	7.663862	5.270923	3.63548	3.054252	4.185251	3.27453	5.878969	6.030127
Lituanie	4.101185	-13.5878	3.053388	7.433342	5.117001	4.758304	4.842129	3.399498	3.852125	5.755289	4.978832
Luxembourg	-3.41221	-6.50301	2.520688	0.283937	-2.51927	1.419289	2.047636	1.673689	0.197071	-0.62317	0.508827
Malte	2.932867	-2.95191	2.868324	0.487345	1.714031	3.54543	7.144286	8.66989	4.600331	6.23512	6.279658
Pays-Bas	1.321841	-4.10487	1.05895	1.327973	-1.37322	-0.49647	1.125473	1.983198	1.952371	2.919431	2.46993
Pologne	4.240317	2.833219	3.666774	5.13514	1.766831	1.575209	3.500035	3.994616	3.184296	4.905329	5.187555
Portugal	-0.01031	-3.0582	1.97573	-1.57916	-3.63548	-0.62714	1.423897	2.311892	-2.25536	1.256151	2.421894
Roumanie	9.323651	-5.03719	-2.02288	2.707792	1.78499	4.01848	3.574553	4.55165	5.503299	7.721469	4.937503
Slovaquie	5.616691	-5.45383	4.980608	2.730916	1.54522	1.36285	2.616389	4.044243	3.004377	3.076552	4.002372
Slovénie	2.742486	-8.28499	0.765639	0.259728	-2.97933	-1.38575	2.733215	2.1215	2.918821	4.770047	4.427578
Espagne	-0.2865	-4.63928	-0.72637	-1.32095	-2.88406	-1.42818	1.71078	3.880093	3.256191	2.949834	2.460196

Suède	-1.3483	-5.97619	5.122013	1.848961	-1.09372	0.446812	1.817251	3.677692	1.942191	1.394542	1.714689
Royaume-Uni	-1.45262	-5.28828	0.700249	0.753666	0.657554	1.328062	2.258422	1.670819	1.117158	1.085623	0.723658

Taxa de crescimento anual de PIB per capita na CEDEAO (2008 a 2018) – Taxa média anual de variação per capita

País	ANO										
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Bénin	4.896587	2.319299	2.11405	2.963759	4.644395	6.878394	6.54047	6.5	5	5	6.1
Burkina Faso	5.799992	2.961951	8.446282	6.626922	6.452672	5.792606	4.326846	3.894523	5.915793	6.319166	6.399964
Cabo Verde	6.65028	-1.27043	1.46679	3.968886	1.081918	0.802798	0.611144	1.006932	4.705791	4.013257	4.499994
Côte d'Ivoire	2.551742	3.251454	2.017639	-4.19862	10.10175	9.285374	8.769339	8.842865	7.971746	7.70209	7.201555
Gâmbie	5.734634	6.449939	6.524458	-4.32853	5.862259	4.78277	-0.94024	5.868248	0.405596	4.557732	5.29995
Ghana	9.150528	4.844161	7.902042	14.04506	9.292003	7.313423	2.897439	2.178207	3.447793	8.143446	6.5
Guiné	4.133009	-1.12263	4.813361	5.612104	5.916912	3.934784	3.707452	3.81495	10.45411	8.246144	5.900053
Guiné-Bissau	3.203738	3.368899	4.610803	8.085027	-1.71288	3.256076	0.96452	6.134019	6.263022	5.919013	3.900309
Libéria	8.1	7.8	7.3	8.2	11.3	4.6	5.2	9.3	-0.5	2.468629	2.99982
Mali	9.545859	11.74649	10.86909	7.749889	11.21562	7.014482	7.788726	7.611058	8.75163	6.944674	5.400005
Niger	9.587729	-0.71267	8.36924	2.278285	11.84982	5.268385	7.529061	4.337622	4.925729	4.894508	5.300049
Nigéria	6.270263	6.934417	7.839739	4.887387	4.279277	5.394416	6.309719	2.652693	-1.61687	0.814544	1.900003
Sénegal	3.682525	2.423176	4.179363	1.761119	4.006024	3.85839	4.075183	6.367044	6.22845	6.672528	6.8
Sierra Leone	5.402121	3.184618	5.346958	6.315239	15.18277	20.71526	4.559256	-20.491	6.344123	3.783115	1.999432
Togo	4.062253	5.537911	6.099259	6.398199	6.543507	6.112343	5.920589	5.742868	5.559079	4.4	4.881407

1 Analisar a Evolução do Comércio Externo de CEDEAO em milhares de dólares

2 Analisar o Grau de Abertura de CEDEAO em % (2008 a 2018,)

3 *Comércio de bens entre a EU e CEDEAO (2000 – 2018)*

4 *Taxa de crescimento na CEDEAO por país (2000-2018)*

5 *Impacto de Exportação da CEDEAO para União Europeia.*

6 *Balança comercial da CEDEAO*

7 *Balança Comercial da União Europeia*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido à interdependência econômica a análise dos impactos macro e microeconômicos do APE idealmente se encaixa em um contexto de equilíbrio geral, que leva em consideração, por um lado, o da economia como um todo, e, por outro lado, as inter-relações entre diferentes agentes econômicos. Mas ao mesmo tempo uma mudança nas tarifas tem repercussões múltiplos efeitos diretos sobre finanças públicas, competitividade empresas, estrutura econômica, emprego e o bem-estar das famílias em cada um dos países da região.

os resultados desta pesquisa permitam nos visualizar melhor os impactos dessas reformas comerciais, com vista a tomar as disposições apropriadas para enfrentar o novo contexto econômico. Ajudar a região a desempenhar um papel ativo no sistema comercial mundial e a utilizar o comércio como um instrumento de crescimento e de redução da pobreza.

A sobreposição dos membros das comunidades regionais, os obstáculos em matéria de regras de origem, e a fraca implementação dos acordos são aspetos a resolver em fases posteriores da integração, ou através de mega-acordos de comércio. À medida que as comunidades económicas regionais transitam de zonas de comércio livre para uniões aduaneiras ou mercados comuns, a questão das regras de origem é resolvida pelas pautas aduaneiras comuns. Da mesma forma, a aposta em enormes blocos comerciais, como a ZTCL e a ZCCL, mitigarão os efeitos da sobreposição de membros, especialmente se as regras na zona tripartida de comércio foram superiores às regras das comunidades regionais que a compõem. A fraca implementação dos acordos comerciais pode ser colmatada, em parte, por um reforço da capacidade dos negociadores e dos decisores políticos, de forma a reduzir a incerteza dos acordos de integração. Por fim, um dos problemas que atrasa a implementação de pautas aduaneiras comuns e a transição para uniões aduaneiras é a possibilidade de perda de receita, especialmente para os países dependentes dos direitos aduaneiros. Em vez de se centrarem nas tarifas perdidas, é mais importante que os países avaliem a relação entre os ganhos decorrentes do comércio e essa perda de receitas. (OCDE:2017)

África deve trabalhar para aprofundar a integração regional. Os projetos de investimento em infraestruturas transfronteiriças registaram progressos, o compromisso político foi reforçado e as comunidades regionais têm envolvido os países membros para colmatar ineficiências ligadas ao comércio. A coordenação e monitorização dos acordos regionais de comércio é fundamental para o seu sucesso. Com base nos resultados atingidos, é necessário alargar o seu âmbito e profundidade, quer dentro quer entre países, e aumentar o envolvimento do setor privado, de forma a resolver questões pertinentes do lado da oferta. (OCDE 2017)

Referência Bibliográfica:

Akoutou, A. B. ; Sohn, R. ; Vogal , M.; e Yeboah, D. (2014). Compreender a integração regional na África Ocidental – Uma análise multitemática e comparativa. IAO-ZEI, 17 pp.3-195. (eds). Praia.

Asante, S. (2010). O Pan-Africanismo e a integração regional. Em Mazrui, Ali & Wondji, c. (eds), História Geral da África: África Desde 1935. Unesco. Brasília. Vol. VIII. P:880.

Daillo. M. (2015) . A inregração regional na África ocidental (1960-2015): Balanço e Perspectiva. *Resvista Brasileira de estudos africanos*. V.1, n.1, jan /jun.2016 – p243-263.

Silva, Albino da . (2013).O Impacto da Ajuda Externa no Crescimento Económico dos Países da CEDEAO” Dissertação de mestrado em Economia Internacional e Estudos Europeus, do Instituto Superior de e Economia, da Universidade Técnica de Lisboa. Versão Eletrónica – Consultada em 02 de maio de 2018: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/6304> .

Duarte, Stephani. (2015). A problemática da Integração Regional na Africa Ocidental e o caso de Cabo Verde. Dissertação Tese de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais. FCSH- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. 162pp. (Versão Eletrónica) Consultado em 22 de fevereiro de 2017 em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/19583/1/Tese%20Stephanie%20Duarte_julho2015.pdf.

Duarte, Vera. (2008). *A problemática da Integração clandestina e os direitos humanos*. Em: Cabral, Iva & Furtado , Claudio (eds.), Os Estados- nações e o desafios da Integração Regional da África Ocidental: O caso de Cabo Verde. Gráfica da Praia.

Duffield, Mark (2005) *Getting savages to fight barbarians: development, security and the colonial present*, Conflict, Security & Development 5(2): 141-159.

Essien. Assante. (2014) compreender a integração regional na África Ocidental – Uma análise multitemática e comparativa. IAO-ZEI, 17, pp. 28-195.

FERNANDES, Lito. (2011). Economia Política da Integração Regional na África Ocidental: A União Económica do Oeste Africano (UEMOA) como Estratégia para o Desenvolvimento. Tese de Doutoramento em Economia. Faculdade de Ciências Económicas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul- (Versão Electrónica) Consultada em 09 de outubro de 2017 em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/36098>.

Fernandes, Lito., Boukouna, J., Júnior, J. (2011) : Integração Económica Regional na África Ocidental: Uma Visão Crítica - Revista Conjuntura Austral | ISSN: 2178-8839 | Vol. 2, nº. 8 | Out.Nov 2011 – P 18 – 47: Versão Electrónica : <http://oaji.net/articles/2015/2137-1438020511.pdf>.

Gil, António Carlos (2002). Como elaborar projectos de pesquisa. (4ª Edição). São Paulo. Atlas Editora, S.A.

Gomes, Joaquim. (2008) - Inserção de Cabo Verde na CEDEAO- o Comércio e as Migrações. (Versão Electrónica) Consultado em 18 de abril de 2018 em: <http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/EB013.pdf>.

LOVE, J. Trade concentration and export instability. The Journal of Development Studies, v.15, n.3, p. 60-69, 1979.

Machado, João Bosco. (2000) – Mercosul: Processo de Integração: Orgem. Evolução e Crise. São Paulo, Ed. Aduaneira Ltda. (Capitulo 1,p.19-58).

MONTE DE OLIVEIRA. C. A abertura económica e os seus reflexos nos países em desenvolvimento.Disponível [em](http://www.unifai.edu.br/pesquisa/publicacoes/professores/bacharelados/abertura-economica-e-seus-reflexos-nos-paises-em-desenvolvimento) <http://www.unifai.edu.br/pesquisa/publicacoes/professores/bacharelados/abertura-economica-e-seus-reflexos-nos-paises-em-desenvolvimento> , acedido em janeiro de 2019.

Pina. Almerinda. (2010). A Natureza Efectica da Integração de Cabo Verde na comunidade económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Tese de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Instituto Suoerior de Economía e Gestão – UTL. 85pp. (Versão electronica) Acedido em 15 de maio de 2017 em:

<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/91/1/Junho%202010%20Almerinda%20Pina.pdf>.

Rocha, José Luís. (2008). Dimensão económica da integração regional: CEDEAO e o caso de Cabo Verde. Em: Cabral, Iva & Furtado, Cláudio (eds.), Os Estados-nações e o desafio da Integração Regional da África Ocidental: O caso de Cabo Verde. Gráfica da Praia.

Rocha, José Luís. (2010). *Cape Verd and ECOWAS: The challenges of regional integration* – Portuguese Journal of International affairs, 4 pp.3-7.

Santos. Ana Maria Morgado. e Caetano. José Manuel. (2009). Os acordos de cooperação económica entre a União Europeia e os países ACP. Revista da Relações Internacionais n.22 Lisboa jun. 2009: Versão eletrónica. Acedido 10 de novembro de 2017 em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645.

Sohn. R. e Opong, A.K(2013). Comércio regional e integração monetária na África Ocidental e na Europa. IAO-ZEI. Praia

Tolentino Corsino. e Vogl, Matthias. (2011). Integração regional sustentável na África Ocidental. ZEI- *Discussion Paper.C208*.

Sites:

Banco Mundial: <http://www.worldbank.org/en/country/caboverde/overview>

CEDEAO:http://www.epa.ecowas.int/download/Francais/etudes_d'impacte_de_l'ape/ecowas/FES-ENDA-CRES-Etude%20d%E2%80%98Impact%20de%20L%E2%80%98APE.%20Jul%202011.pdf

Colocados em março de 2019:

Comércio Externo – Teoria e Gestão - Organizadores REINALDO DIAS WALDEMAR RODRIGUES Versão eletrónica. Acedido no dia 13 de março de 2019 em https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/35313380/COMERCIO_EXTERIOR.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1552502244&Signature=RfXXIWbkKEVj%2FkHlgcXjWGF36s

[%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DTEORIA_E_GESTAO_MATERIAL_COMPLEMENTAR_CO.pdf](#) -;

Coelho, Teresa (2003)- Integração Económica Regional: que perspectiva para Timor-Leste (ASEAN E o Grupo ACP) Versão eletrónica. Acedido no dia 13 de março de 2019 em <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1546/1/Tese%20Teresa.pdf>.

<https://www.imf.org/fr/Search#q=CEDEAO&sort=relevancy> - consultado em 17 de janeiro de 2020 – « Appendice statistique. Perspectives économiques régionales pour l’Afrique subsaharienne; Faire face à l’incertitude, octobre 2019 »

Compreensão do Artigo : **Integração econômica regional na África ocidental: uma visão crítica**, autor *Lito Nunes Fernandes, Jean Christian Boukouna e José Fernandes Júnior*, ano de publicação 2011:

Asante, S. (2010). O Pan-Africanismo e a integração regional. Em Mazrui, Ali & Wondji, c. (eds), História Geral da África: África Desde 1935. Unesco. Brasília. Vol. VIII. P:880.

Akoutou, A; Vogl, M.;Yeboah, D. (2014). Compreender a integração regional na África Ocidental – Uma análise multitemática e comparativa. IAO-ZEI, 17, pp. 3-195.

Essien. A. (2014) compreender a integração regional na África Ocidental – Uma análise multitemática e comparativa. IAO-ZEI, 17, pp. 28-195,

Santos. A. e Caetano. J. (2009). Os acordos de cooperação económica entre a União Europeia e os países ACP. Revista da Relações Internacionais n.22 Lisboa jun. 2009: Versão eletrónica. Acedido 10 de novembro de 2017 em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645;

Pina. Almerinda (2010). A Natureza Efectica da Integração de Cabo Verde na comunidade económica dos estados da África Ocidental (CEDEAO). Tese de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Instituto Superior de Economia e Gestão – UTL. 85pp. (Versão electronica) Acedido em 15 de maio de 2017 em: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/91/1/Junho%202010%20Almerinda%20Pina.pdf>

Sites relevantes

:

Banco Mundial : <http://www.worldbank.org/en/country/caboverde/overview>

Cabo Verde Trade Invest: <http://cvtradeinvest.com/setores>

CEDEAO:[http://www.epa.ecowas.int/download/Francais/etudes d'impacte de l'ape/ecowas/FES-ENDA-CRES-Etude%20d%E2%80%98Impact%20de%20L%E2%80%98APE.%20Jul%202011.pdf](http://www.epa.ecowas.int/download/Francais/etudes_d'impacte_de_l'ape/ecowas/FES-ENDA-CRES-Etude%20d%E2%80%98Impact%20de%20L%E2%80%98APE.%20Jul%202011.pdf)

EU: https://europa.eu/european-union/about-eu/easy-to-read_pt

UNCTAD – www.unctad.org

OMC – www.wto.org

INE – www.ine.cv

ITC –

COMTRADE –

ANEXO:

CEDEAO História

Antes da criação da CEDEAO, o território da África Ocidental, era constituído por estados com diferentes experiências coloniais e administrativas que, em conjunto, acabaram por definir as fronteiras dos 15 países situados nessa zona.

Apesar dos Estados-Membros da comunidade terem três línguas oficiais estrangeiras (Inglês, Francês e Português), existem contudo mais de mil línguas locais, entre as quais, línguas nativas transfronteiriças, inclusive, como o Ewe, Fulfulde, Hausa, Mandingo, Wolof, Yoruba, Ibo, Ga, etc. faladas por mais de 300 milhões de habitantes numa vasta área de cerca de 5.1 milhões de quilómetros quadrados.

Antes do colonialismo, a região foi palco de muitos soberbos impérios e reinos que perduraram durante séculos dos quais os do Ghana, Mali Songhai, Wolof, Oyo, Benin e Kanem Bornu.

A diversidade cultural, linguística, ecológica apresenta simultaneamente oportunidades e desafios para o processo de integração. A vontade de combinar forças a nível político e económico foi sempre reconhecida como sendo um passo em frente para a criação de prosperidade na região.

Assim, o primeiro esforço de integração data de 1945, com a criação do franco CFA que reuniu os países francófonos da região numa união monetária única. Posteriormente, em 1964, o Presidente da Libéria William Tubman propôs uma união económica da África Ocidental que resultou num acordo em 1965 entre Côte d'Ivoire, a Guiné, a Libéria e a Serra Leoa.

Contudo, não houve nenhum resultado concreto na sequência desse acordo até 1972, quando, o Chefe de Estado Nigeriano Yakubu Gowon e o seu homólogo togolês o Presidente Gnassingbe Eyadema, fizeram uma digressão na região para promover a ideia de integração. Assim, graças aos esforços envidados, foram apresentados projetos com base nos quais foi elaborado em 1975 o Tratado de Lagos que instituiu a CEDEAO. O Tratado de Lagos estava, previamente, limitado às políticas económicas, mas, com a ocorrência de problemas políticos, foi sujeito à revisão que permitiu, em 1993, o alargamento do seu âmbito de aplicação e das suas prerrogativas.

A razão de ser da CEDEAO é promover a cooperação económica e política entre os Estados. Está, assim, em sintonia com a história, na medida em que os cidadãos da África Ocidental, até no período pré-colonial, já eram das populações que mais se deslocavam no mundo, mesmo se a mobilidade ocorria essencialmente no seio da região. Cerca de 7,5 milhões de migrantes da África Ocidental (3% da população regional) residem em países da CEDEAO diferente do seu. Os outros migrantes, 1,2 milhão, residem sobretudo na América do Norte e na Europa. Havia cerca de 149 milhões de migrantes em 2013, dos quais mais de 50% correspondiam às mulheres a nível regional. A migração transfronteiriça de mulheres comerciantes e de empresárias coloca-as como potenciais campeãs na promoção da integração, ainda que se tratem de dados por

explorar.

Durante os últimos anos, a população da África Ocidental observou um forte crescimento, passando de 70 milhões de habitantes para 300 milhões entre 1950 e 2010. No fim do ano de 2014, representava cerca de 40% da população da África subsaariana. Segundo as projeções das Nações Unidas, a população da África Ocidental deverá chegar aos 550 ou 600 milhões de habitantes em 2050. É a região mais jovem do mundo. Além disso, com cerca de 5% da população mundial e com uma área superior a 40% da África subsaariana, a África Ocidental é a mais densamente povoada.

A dimensão sociocultural diversificada do desenvolvimento é essencial para o estabelecimento da paz e da segurança na região. Retirando ilações do passado, os líderes da comunidade envidaram esforços para manter a estrutura política da região. Em 1976, Cabo Verde, um dos dois países lusófonos da região aderiu à CEDEAO, e em dezembro de 2000 a Mauritânia retirou-se, tendo anunciado essa sua intenção de se retirar em dezembro de 1999.

Fonte: <https://www.ecowas.int/sobre-cedeao/historia/?lang=pt-pt>

Regras de origem preferenciais e zonas de comércio livre em África

As zonas de comércio livre são ainda o tipo de acordo de integração regional mais frequente em África, pelo que as regras de origem preferenciais têm um importante papel. Estas regras determinam a nacionalidade económica de um produto e desempenham um papel chave no acesso preferencial aos mercados. Elas visam prevenir o desvio do comércio, mas podem tornar-se num pormenor que atrasa a integração dos mercados numa determinada zona.

Estas regras pretendem encontrar um equilíbrio, para que apenas os membros da zona de comércio livre beneficiem do acesso preferencial ao mercado, assegurando, simultaneamente, a flexibilidade no fornecimento de inputs, para promover a eficiência e a competitividade. Esta não é uma tarefa fácil, especialmente porque as regras podem ser utilizadas para proteger eficazmente a indústria nacional. Além disso, podem tornar-se uma questão importante do lado da oferta, afetando as decisões das empresas e, conseqüentemente, a competitividade.

A existência de regimes diferentes sobre as regras de origem demonstra o impacto que estas podem ter no comércio entre as regiões africanas. A diferença entre as regras aplicadas pela

SADC e pela COMESA é um exemplo a salientar. As regras da SADC seguem uma abordagem de produto ou setor, o que permite interesses específicos de proteção de uma indústria ou setor, mas é simultaneamente um entrave às oportunidades comerciais ao nível intrarregional. A COMESA utiliza regras mais transversais, embora com pequenas exceções. Inicialmente, quando o protocolo de comércio da SADC foi negociado (em meados dos anos 90), as regras de origem da SADC eram muito semelhantes às da COMESA. No entanto, nunca foram totalmente implementadas, tendo sido subsequentemente alteradas para adotarem uma abordagem mais restritiva a nível do produto/setor (Naumann, 2011).

A recente evolução, nomeadamente com a criação de uma Zona Tripartida de Comércio Livre - ZTCL para a COMESA, a EAC/CAO e a SADC, tem facilitado o comércio, por meio da eliminação dos efeitos de distorção causados pelas regras de origem. Foram já assinados alguns acordos sobre produtos agrícolas inteiramente produzidos na região.

Fonte: Hartzenberg, 2011. *Apud (OCDE2017)*

